tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 198 • Maio/Junho de 1985 • Cr$ 3.000

A PUNIÇÃO DE BOFF

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Caro Editor,

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a referência ao meu trabalho na bibliografia publicada pela revista **Tempo e Presença** nº 195, de dezembro de 1984.

Entretanto, seria importante uma retificação sobre o título, pois o engano havido pode confundir quem por acaso se interesse pelo trabalho. O título que vocês publicaram "Ensino obrigatório e as crianças fora da escola" é o título do relatório de uma das pesquisas na qual se baseou a tese. O título da tese é "Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo". A data é 1982, embora só tivesse sido defendida em 83.

Aproveito a ocasião para lembrá-los que a revista **Cadernos de Pesquisa**, da qual sou editora, tem publicado artigos sobre temas de interesse de seu periódico: nosso último número foi inteiramente dedicado à questão da alfabetização.

Cordialmente

Maria M. Malta Campos
São Paulo, SP.

N.R. Agradecemos sua preocupação e acreditamos que sua carta é suficiente para corrigir nosso equívoco.

Prezados Senhores,

Gosto muito da revista. Faço votos que o seu trabalho ecumênico ajude a todos nós para que tenhamos uma visão boa e fecunda da realidade e da fé.

Padre Silvano Nóbile.
Turmalina, MG.

Prezados Companheiros,

Vossa causa, vossa luta é a nossa também, por isso queremos estar em contato contínuo com vocês. Somos estudantes de Teologia da Diocese de Caxias (RS).

Comunidade dos Caxienses,
Viamão, RS.

Prezado Sr. Editor,

Sou assinante de "Tempo e Presença" há dois anos. Gostaria de dizer-lhe que muito aprecio a revista, notadamente os seus artigos sobre justiça social e os de autoria do Sr. Rubem Alves.

Iracema C. França Campos,
Valença, RJ.

Prezados Senhores,

É grande a importância e o valor de um veículo de comunicação que transmite a verdade dentro da realidade, como "Tempo e Presença". Muito nos tem ajudado nos nossos trabalhos pastorais e esperamos que continue nos ajudando.

Irmãs de Jesus na S.S. Eucaristia,
Xique-Xique, BA.

Caro Editor,

No Encontro de estudos de agosto de 1984, começamos a encaminhar a preparação da próxima Assembléia da CPT. Deverá ser uma Assembléia significativa que avaliará e celebrará a presença da CPT no acompanhamento dos movimentos camponeses nestes dez anos de sua vida.

A Assembléia dos 10 anos, que se realizará em Goiânia de 04 a 10 de agosto de 1985, terá dois enfoques fundamentais:

1 - Reforma Agrária — Os trabalhadores conquistam a terra;

2 - Igreja Rural e Teologia da Terra — Os trabalhadores são evangelizados e evangelizam.

Gostaríamos de apresentar um roteiro simples que possa ajudar os Amigos dos Regionais a preparar o encontro.

1 - Reforma Agrária — Os trabalhadores conquistam a terra — de 1975 para cá, quais os avanços na conquista da terra por parte dos trabalhadores?

— Qual o crescimento político do projeto popular de Reforma Agrária?

— Qual o crescimento do movimento sindical?

— Qual o crescimento do movimento dos Sem-Terra?

— Qual a presença da CPT nesta caminhada?

— Problemas e desafios para o trabalho futuro.

2 - Igreja Rural e Teologia da Terra — Os trabalhadores são evangelizados e evangelizam.

— Como, nestes 10 anos, a fé fortaleceu as lutas e a vida dos trabalhadores?

— Como a vida e as lutas enriqueceram e aprofundaram a fé do povo?

— Quais as celebrações e as formas religiosas tradicionais e nova expressaram mais esta vivência?

— Como as Igrejas — hierarquia, agentes e outros setores não do campo — acompanharam a vida dos trabalhadores e as nossas lutas?

— Como os trabalhadores enriqueceram e mudaram a postura dos agentes das Igrejas?

— Apareceram elementos fundamentais de uma espiritualidade e mística ligadas ao nosso trabalho?

Pedimos aos Amigos que comecem a pensar no nosso encontro de maneira criativa e enviem sugestões. Bom Trabalho.

Pe. Mário Alighieri,
da Coordenação Nacional da CPT.

Ao Editor

No dia 4 de maio passado completou 31 anos o golpe de Estado que levou ao poder o General Alfredo Stroessner.

Sobre a base da depuração do Exército e do Partido Colorado, a destruição de todo tipo de oposição democrática e a desorganização dos setores trabalhadores e populares, consolidou-se no poder e impôs ao país um regime político acentuadamente totalitário, cujas características fundamentais podem resumir-se assim:

— Ausência total de liberdades públicas e

— Utilização sistemática de violência repressiva para eliminar ou controlar todo foco de contestação.

Neste momento, em que o sul do nosso continente experimenta um franco processo de redemocratização — com a instalação do governo de Alfonsin na Argentina, as recentes eleições no Uruguai, e as mudanças políticas que a Nova República promete para o Brasil — a luta pelo fim da ditadura do Gal. Alfredo Stroessner (assim como pelo fim da ditadura chilena) constitui-se em tarefa política de primeira ordem a nível continental.

Conclamamos o povo brasileiro, as suas organizações políticas e sociais representativas, a somar sua solidariedade ao povo paraguaio, que luta pela supressão da prolongada ditadura stronista.

Comitê Pró Acuerdo Paraguayo en el Exilio.

Publicamos a seguir uma Carta Aberta de Solidariedade ao cardeal Paulo Evaristo Arns. Esta carta foi entregue a d. Paulo no encerramento da Jornada pelos Direitos Humanos na América Latina, no dia 29 de março, na Igreja Nossa Senhora da Paz, em São Paulo.

Nós, cristãos e não cristãos, homens e mulheres de boa vontade desta cidade de São Paulo, queremos manifestar, nesta carta aberta, nossa solidariedade ao cardeal arcebispo d. Paulo Evaristo Arns, diante dos constantes ataques que tem recebido em razão de seu compromisso com a sagrada causa dos direitos humanos.

Nossa solidariedade estende-se, por intermédio de d. Paulo, a todos os seus colaboradores dos vários organismos e centros de direitos humanos que, nos bairros da cidade, representam um sinal permanente de um compromisso humano e cristão, ao lado dos empobrecidos e dos esmagados por um sistema desumano e cruel.

Entendemos que as ofensas, calúnias e injúrias contra o nosso cardeal significam a reação covarde daqueles que se alimentam da violência opressora contra os mais pobres, enriquecendo-se às custas da desgraça alheia e transformando em divisas as lágrimas dos massacrados, dos órfãos e das viúvas.

Comungamos, com d. Paulo e com as entidades de direitos humanos, a visão de que só poderá haver paz em nossa sociedade com a implantação da justiça e de que a verdade e a justiça, a fraternidade e a liberdade, constituem os pilares da paz, como já lembrava João XXIII.

Estamos convencidos de que d. Paulo, seus bispos auxiliares, sacerdotes, religiosos e leigos, buscam realizar a missão libertadora do Senhor Jesus, como dizem as Escrituras: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a liberdade aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor" (Lc, 4,1819).

Queremos dizer para o sr., d. Paulo, a mesma palavra que sempre nos diz: "Coragem!"

tempo e presença

CEDI
NÚMERO 198
Maio/Junho de 1985

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva,
Jether Pereira Ramalho,
José Oscar Beozzo,
Rubem Alves,
Zwinglio Mota Dias.

Editores
Dermi Azevedo
José Ricardo Ramalho

Produção e Diagramação
Sérgio Alli

Sagarana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146, sala 4
05448 - São Paulo - SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

Foto de capa: Agência Folhas

Selo da Constituinte feito a partir de foto de Sérgio Berezovsky / Colaboração do DEDOC / EDITORA ABRIL

Preço do exemplar avulso:
Cr$ 3.000

Números atrasados:
Cr$ 2.000

editorial

ÍNDICE

Caso Boff

4 A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO É CONDENADA, EM SEGREDO.

5 LEONARDO BOFF: "OS INTERESSES DOS POBRES SÃO OS INTERESSES DE DEUS".

8 O DIREITO DO TEÓLOGO À LIBERDADE.
Julio de Santa Ana

10 A VOZ DA RESISTÊNCIA

13 TEOLOGIA DO GENOCÍDIO VERSUS TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO;
D. Mauro Morelli

16 SILÊNCIO
Rubem Alves

Ofensiva americana

18 JAMES LAWSON: "REAGAN PODE FAZER DOS EUA O QUARTO REICH".

21 VISITA DE NOVAK É REPUDIADA

Argentina

22 O TRÁGICO CASO DOS RELIGIOSOS PALOTINOS

23 STELLA MARIS: UM TESTEMUNHO DA TRAGÉDIA.

25 TEMPO DE CONSTITUINTE
Mario Simas

Metalúrgicos

26 UM BALANÇO DA GREVE DO ABC

Bíblia Hoje

28 CONFISSÃO DE FÉ DE UMA MULHER
Lee Oo Chung

Livros

31 CAMINHOS DA LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA
José Oscar Beozzo

32 BÊNÇÃO DE SÃO FRANCISCO A FREI LEONARDO BOFF
Dom Pedro Casaldáliga

O silêncio de Boff

A condenação do teólogo Leonardo Boff ao "silêncio obsequioso por um tempo conveniente", na linguagem nem sempre sutil dos dicastérios romanos, continua repercutindo em todo o mundo. As reações são majoritariamente de perplexidade e tristeza, já que, apesar do avanço neoconservador registrado, de modo geral, nas igrejas cristãs, quase toda a opinião pública presumia superada a terrível fase da repressão à pesquisa no campo doutrinário, filosófico e teológico. De um momento para outro — numa convergência de interesses obscurantistas — representantes mais ou menos credenciados do conservadorismo tripudiam sobre o silêncio de Boff e fazem ameaças patentes ou veladas contra outros teólogos — especialmente do Terceiro Mundo — para ressuscitar uma autêntica caça às bruxas, descobrindo "ateísmo" e "perigo à sã doutrina" por toda parte.

Uma repercussão particularmente importante acontece no campo ecumênico: lideranças das mais diversas denominações cristãs reagem à punição imposta a Leonardo Boff e descortinam ameaças contra a unidade dos cristãos, no momento em que sentem o peso repressivo justamente sobre teólogos que se abrem, na teoria e na prática, para um autêntico diálogo entre irmãos. Fortalece-se, contudo, o ecumenismo de base, na crescente unidade entre os cristãos e os homens e mulheres de boa vontade, conscientes de que Jesus Cristo continua pedindo, antes de tudo, um testemunho de justiça e de concretização da vida em plenitude.

É neste sentido que importa reafirmar a esperança. Como afirma o próprio Boff, na entrevista que publicamos nesta edição, a caminhada da Teologia da Libertação é irreversível porque se baseia numa prática e não em discursos e palavras bonitas. Na medida em que setores cada vez mais significativos da população cristã projetam sobre a realidade a luz da boa notícia de Jesus Cristo Libertador, vai sendo construído um edifício de sólidos alicerces.

O tema central desta edição seria o da violência urbana no Brasil. A ocorrência de outro tipo de violência (repressão às idéias e à liberdade de investigação teológica) levou-nos à mudança de enfoque. Gostaríamos de deixar uma questão para ser compartilhada pelos leitores: como reagimos diante de uma violência como a que foi aplicada contra Leonardo e que também atinge seu irmão Clodovís, censurado e impedido em sua missão de ensinar? Estamos com os braços cruzados, pensando que essa violência não nos atinge?

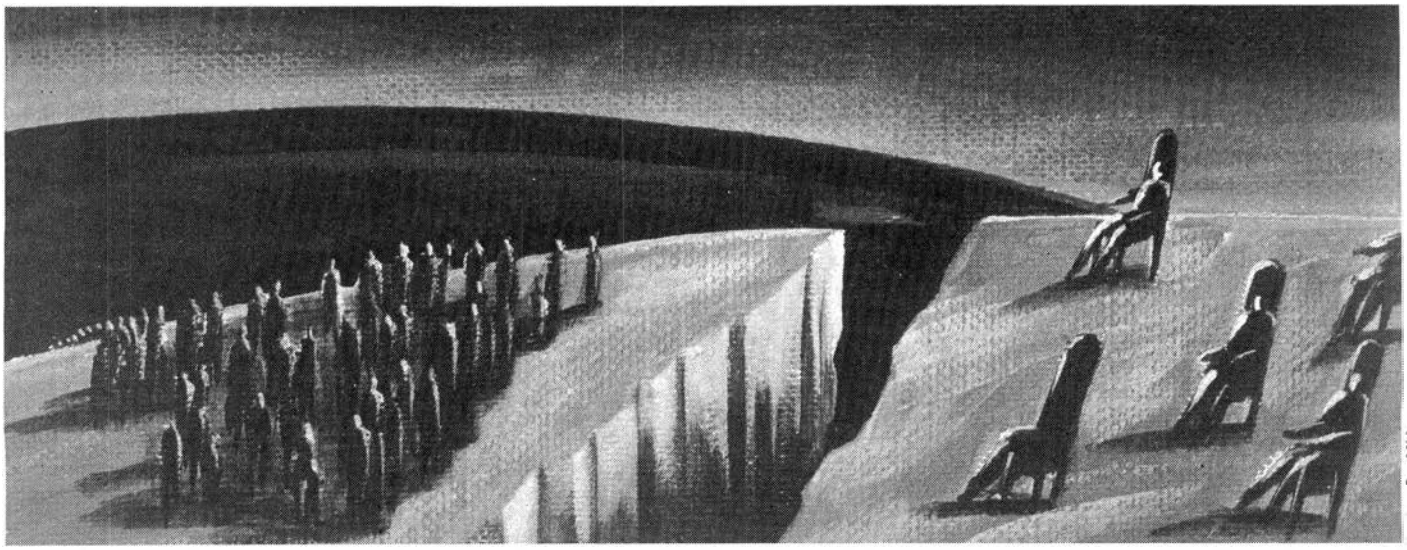


Ilustração: MIA

A Teologia da Libertação é condenada, em segredo

Em clima de total segredo, o Vaticano condenou, no dia 1º de maio, o teólogo franciscano brasileiro Leonardo Boff, 46 anos, ao "silêncio obsequioso por um tempo conveniente". A decisão foi comunicada ao frade, em Petrópolis (RJ), primeiro pelo telefone e, depois, por carta, pelo ministro geral da Ordem dos Frades Menores, frei John Vaughn. E a medida foi adotada totalmente à revelia de algumas autoridades da própria Cúria Romana (o Secretário de Estado, cardeal Casaroli também soube pelo telefone) e da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

No dia 8 de maio, a **Folha de São Paulo** deu a notícia em primeira mão: "Vaticano cassa Leonardo Boff'. No dia 9, Boff divulga a seguinte nota, em Petrópolis: "Por decisão de Roma, estou na impossibilidade de me pronunciar em público durante um tempo conveniente. Antes de entrar nesse tipo de silêncio penitencial, parece-me oportuno deixar claras algumas posições passíveis de equívocos: 1. Declaro que não sou marxista. Como cristão e franciscano, sou a favor das liberdades e do direito de religião e da nobre luta pela justiça em direção a uma sociedade nova. 2. Reafirmo que o Evangelho se destina a todos, sem exceção. Entretanto, reconheço que este mesmo Evangelho privilegia os pobres porque eles se constituem as maiorias sofredoras e porque são os preferidos de Deus, do Cristo e da Igreja. 3. Entendo que numa situação de opressão como a nossa, a missão da Igreja deve ser, sem equívoco, libertadora. 4. Estou convencido de que as medidas tomadas a meu respeito não anulam a necessidade de, em comunhão com o magistério, se continuar avançando na elaboração de uma autêntica Teologia da Libertação. 5. Caberá doravante às instâncias competentes fornecer maiores informações".

A palavra de Roma

Em Roma, dia 9, a Congregação para a Doutrina da Fé emitiu o seguinte comunicado, através da Sala de Imprensa do Vaticano: "Com referência à notícia difundida pelas agências de notícias, a respeito das reservas feitas ao livro "Igreja, Carisma e Poder", do frei Leonardo Boff, foram-lhe comunicados os seguintes procedimentos disciplinares que divulgamos a seguir: em 26 de abril de 1985, foi enviada, ao ministro geral da Ordem dos Frades Menores, uma carta conjunta da Congregação para a Doutrina da Fé e pelos religiosos e instituições seculares, em que a dita Congregação, em sua respectiva competência, estabeleceu os procedimentos que eram necessários".

"Tais procedimentos - prossegue a nota - consistem em um período de obsequioso silêncio que permite ao frei Boff uma séria reflexão, e na abstenção de sua responsabilidade na redação da Revista Eclesiástica Brasileira e de outras atividades de conferencista e escritor. Na data de 1º de maio de 1985, o ministro geral da Ordem dos Frades Menores informava ter comunicado ao frei Leonardo Boff os procedimentos em questão e que ele os acolhera com espírito religioso".

As reações à medida punitiva ocorreram por toda parte, das mais diversas formas. Os setores conservadores da Igreja, no Brasil, afirmaram, basicamente, a mesma coisa: "1. A punição já veio tarde; 2.Quem estiver contrário à medida, saia da Igreja (afirmação textual de d. Eugênio Salles à TV-E, do Rio de Janeiro); 3. A decisão do Vatino foi absoluta legítima; 4. A punição foi extensiva à CNBB pelo apoio dado a Leonardo Boff".

Tempo e Presença destaca, a seguir, uma entrevista inédita de Leonardo Boff e algumas reflexões em torno da campanha contra a Teologia da Libertação e, em particular, em torno do caso Boff.

Leonardo Boff:
"Os interesses dos pobres são os interesses de Deus"

"Os interesses dos pobres são, fundamentalmente, os interesses de Deus", afirma Leonardo Boff, o teólogo franciscano brasileiro, condenado, em 1º de maio, ao silêncio absoluto "por um tempo conveniente" por decisão da Congregação para a Doutrina da Fé (antiga Santa Inquisição), do Vaticano. Esta entrevista exclusiva foi concedida em outubro do ano passado para a revista chilena *Apsi*. Por ironia, antes de ser publicada, em Santiago, a revista foi fechada pelo ditador Pinochet. Agora, a publicação da entrevista representa, ao mesmo tempo, uma homenagem de *Tempo e Presença* ao irmão perseguido e um testemunho de que, como ele mesmo afirma, a caminhada da Teologia da Libertação é irreversível, uma vez que se baseia na prática libertadora dos empobrecidos.

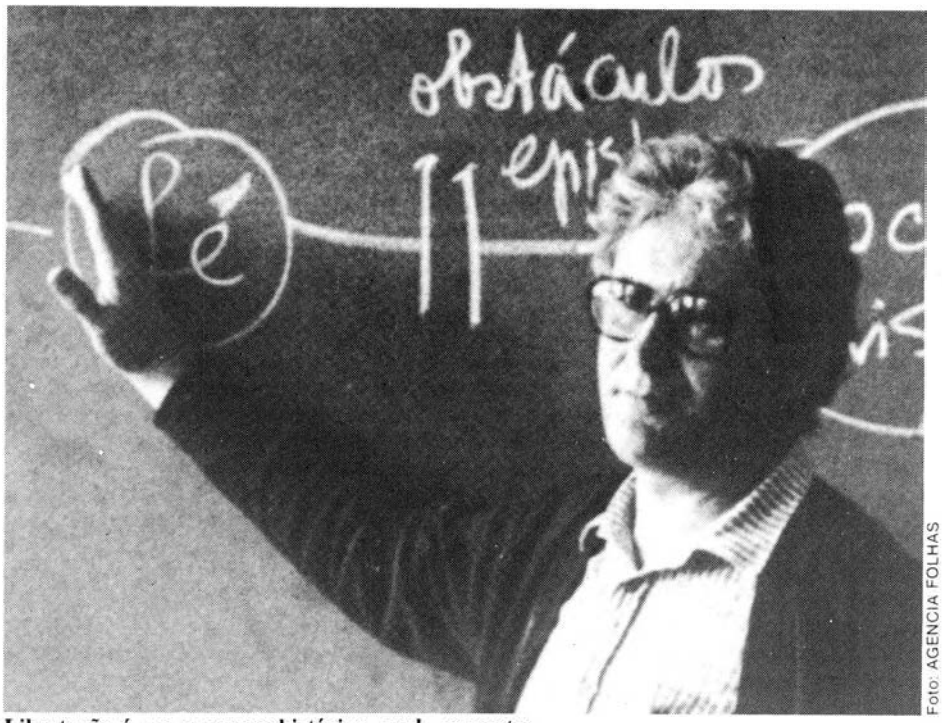


Foto: AGENCIA FOLHAS

Libertação é um processo histórico, real, concreto.

Entrevista a Dermi Azevedo

Apsi: Para onde está caminhando, neste momento, a Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina?

Boff: Penso que a Teologia da Libertação está abrindo novas frentes e afunilando a sua prática para formas cada vez mais concretas. Por exemplo, ela começou no meio operário, dentro do qual estavam universitários participando da luta dos trabalhadores, no processo de conscientização e de organização de sindicatos. Depois, passou para o nível das Comunidades Eclesiais de Base, já com o povo participando com círculos bíblicos, reuniões para discutir sua situação à luz da Palavra de Deus, a sua situação econômica, social, política e religiosa. Um passo além foi dado quando se abriram os vários centros de defesa dos direitos humanos no Brasil, com o povo enfrentando, reunido, a repressão e os abusos. Estes centros já são mais de 300 hoje no Brasil. Outra frente é representada pelo movimento "União e Consciência Negra": cristãos que colocam o problema do negro no centro de suas preocupações ao nível do sincretismo, da valorização da resistência negra, da recuperação da cultura e da memória da cultura negra, recalcada e destruída pela dominação branca, repensando o tema religioso a partir da experiência tipicamente negra do corpo, da divindade, dos símbolos, das celebrações, algo muito distinto da cultura branca. Há também outra frente ligada ao tema da terra, através da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do índio, através do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). São instituições que defendem não simplesmente interesses corporativos da Igreja, mas os interesses dos camponeses expulsos da terra e dos índios ameaçados de extinção. E a Teologia da Libertação é referência para todos eles.

Apsi: Então, neste sentido, a Teologia da Libertação é irreversível?

Boff: É irreversível porque é uma prática. Libertação aqui não é um tema de reflexão. É um processo histórico, real, concreto. Fiquei, por exemplo, muito entusiasmado em julho passado ao verificar, em Salvador (Bahia) que as próprias prostitutas e a Pastoral das Prostitutas organizam-se em torno das reflexões da Teologia da Libertação. Tanto os agentes de pastoral que trabalham com as prostitutas, quanto as próprias mulheres, conscientizam-se a nível da fé cristã, vêem que a Teologia da Libertação apoia sua luta pela dignidade. Elas buscam, então, uma articulação com os demais oprimidos, uma inserção nas associações de bairros e, dentro das zonas, fazem círculos bíblicos e organizam Comunidades de Base. Apesar das dificuldades específicas (a rotatividade, por exemplo) há sempre reuniões e é mantida uma certa continuidade. Vejo que a libertação está tendo, assim, concretizações cada vez mais fortes, indo ao encontro dos que

mais precisam de libertação e fazendo que eles sejam o sujeito do processo. Penso, deste modo, que quem vai julgar da validade ou não de um documento (refere-se à "Instrução" da Doutrina da Fé) são estes grupos que estão comprometidos. Eles verão se os documentos dos teólogos, dos bispos, do próprio Vaticano, são textos que ajudam e esclarecem ou se são textos que às vezes passam por cima de uma problemática concreta, sem terem uma percepção e uma consulta àqueles que vivem a experiência dolorosa dos oprimidos, buscando sua vida e a liberdade.

Apsi: A Igreja institucional já está compreendendo, pelo menos na América Latina, esta Teologia implícita que está dentro da luta do povo?

Boff: O que é evidente é que segmentos muito importantes da Igreja latino-americana (e no Brasil até os segmentos mais hegemônicos) vêem que há uma caminhada concreta, com o povo se organizando dentro da Igreja, em grupos e comunidades e que há reflexão sobre esta caminhada. Vem o teólogo e busca as raízes teológicas, explicita o que é vivido na forma de uma reflexão; vêm os cientistas sociais e detectam as raízes profundas da exploração e a necessidade da articulação popular. Mais e mais igrejas percebendo a união entre uma prática na caminhada (onde há aliados, pessoas que são oprimidas e outros que se aliam aos oprimidos) e, junto a esta prática, há uma reflexão séria ao nível da Teologia e das ciências sociais, no nível da antropologia e isto forma um todo. A Igreja habitua-se, então, a incorporar esta reflexão como necessária, como elemento de iluminação da caminhada, reforçando-a e não substituindo-a.

Apsi: A Igreja dedica a Campanha da Fraternidade/85 à questão da fome. Como você analisa o problema à luz da Teologia da Libertação?

Boff: O grande escândalo que envergonha a humanidade não é tanto a opressão a nível político (que pode existir dentro do sistema socialista e que existe dentro do sistema capitalista). Para nós, cristãos, o grande escândalo são os milhões e milhões que morrem de fome a cada ano, especialmente os nossos compatriotas que estão passando por níveis de fome como jamais na História do Brasil. Nosso país poderia ser a mesa posta para as fomes do mundo inteiro porque tem dois terços de terras agriculturáveis e e um país que não produz o mínimo de alimentos para seu povo. O problema é que temos uma economia fracassada, um projeto político anti-popular e isto, em termos teológicos, significa o maior pecado contra o Deus da vida, porque o conceito cristão de Deus é de alguém que defende e anima a vida, tomando o partido dos pobres ao vê-los carentes de vida. Esta é a raiz teológica da opção pelos pobres: Deus e Jesus Cristo fizeram esta escolha e a Igreja a prolonga. O fato de que há 86 milhões de brasileiros passando fome, o fato de que dois terços não fazem uma refeição por dia, significa que vivemos numa vergonhosa situação de pecado estrutural, pecado político que afeta o dom supremo que Deus deu ao ser: a vida. O tema da Campanha da Fraternidade/85 é profundamente evangelizador e dar pão a quem tem fome é também a maior obra de misericórdia.

Apsi: E o fato de a fome ser considerada como algo normal por muitas pessoas que não se sentem afetadas?

Boff: O trágico é que nos habituamos a este escândalo e quase cinicamente passamos ao largo. Acho que uma reflexão de fé - isto é, uma Teologia - e uma pastoral que não se colocam o tema da fome hoje, como um tema fundamental, não pode se livrar da crítica de ser impopular, alienada, desligada dos reais interesses dos homens, sabendo-se que os interesses dos pobres são fundamentalmente os interesses de Deus.

O grande escândalo são os milhões e milhões que morrem de fome a cada ano.

Apsi: Já falando sobre os processos contra você e Gutiérrez. Como você analisa a questão?

Boff: O documento sobre Gutiérrez que estava preparado para ser aprovado em abril e não pode ser aprovado, é um documento crítico que resgata valores fundamentais da Teologia da Libertação. Não é absolutamente condenatório. Ressalta a importância teológica, sublinha a significação pastoral desta Teologia mas chama a atenção para vários riscos, especialmente o da ideologização da fé, de certos reducionismos. Aliás, os reducionismos sempre existiram na tradição da Igreja como, por exemplo, o de reduzir a fé apenas à dimensão transcendental, esquecendo seu compromisso histórico. Aqui o risco de atender às urgências humanas é tão grande que a libertação pode não ser integral. E a fé cristã sempre afirma que a libertação é integral e não seria humana se não fosse libertação além do pecado da fome, da injustiça, do pecado direto contra Deus, da expressão religiosa como encontro com o absoluto. Toda e qualquer Teologia corre riscos. A Teologia no passado tinha profundos reducionismos cuja gravidade estamos agora descobrindo. Os reducionismos daquela Teologia permitiram que o marxismo ganhasse fascínio. Eles deixaram de lado toda a dimensão do corpo, a dimensão política, do homem novo, do Reino de Deus que é uma categoria político-religiosa e foi traduzida somente em termos espirituais. Tudo isto o marxismo assumiu numa versão secular, política, e tudo estava dentro de uma tradição cristã, especialmente bíblica. Hoje, mediante o confronto fé e vida, Evangelho e processo social, estamos redescobrindo as raízes bíblicas da Teologia da Libertação: que o Reino já começa aqui, que o homem novo não é somente uma realidade terminal da história mas objeto de um esforço coletivo da gestação diante da história, culminando, evidentemente, em Deus. Mas que é possível, dentro da história, que o homem seja mais fraterno, apto ao diálogo, à colaboração e não à exploração.

Apsi: Toda esta pressão contra a Teologia da Libertação é algo sazonal ou faz parte de uma ofensiva final contra essa caminhada?

Foto: AMICCUCI GALO

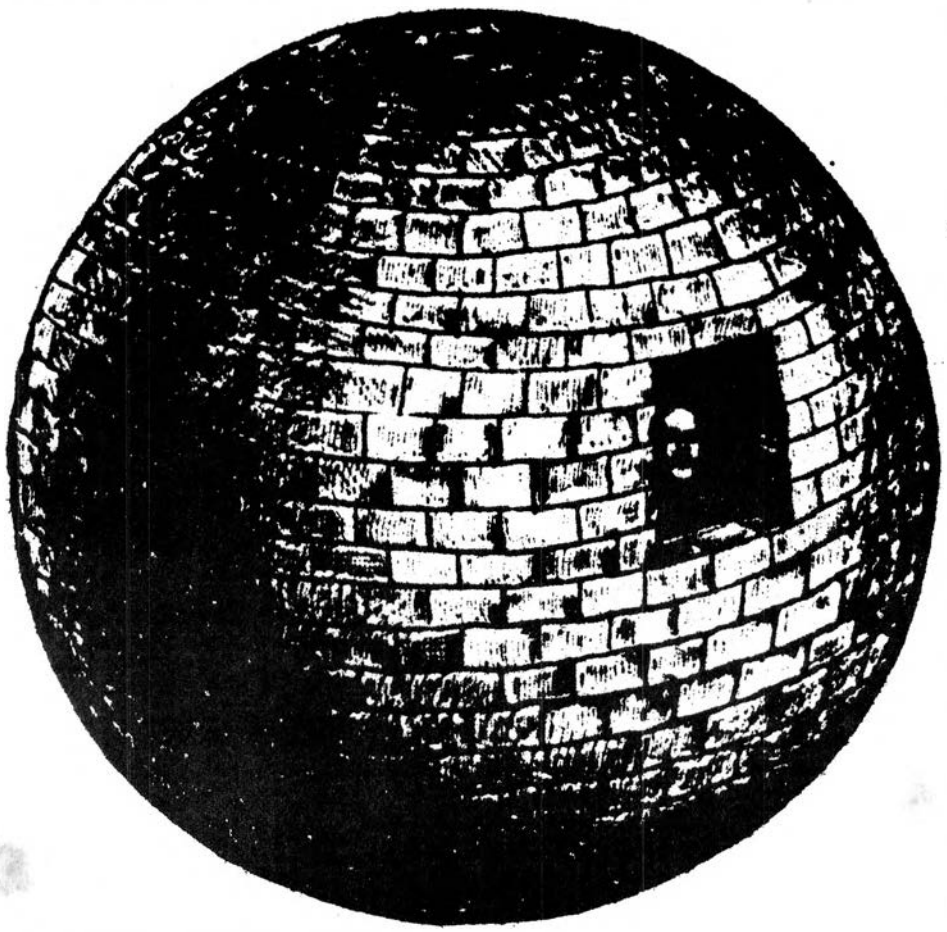
Boff: Não é algo final e definitivo, porque existe o processo de libertação. Uma coisa é a Teologia da Libertação. Outra é a Libertação concreta, histórica, que os pobres estão levando adiante. Este processo é irreversível ou só é reversível mediante extrema violência. A questão é saber se a Igreja e Teologia produzem um discurso sincrônico, adequado a este processo. Creio que a grandeza da Teologia da Libertação é de poder ser contemporânea aos fatos que estão sendo vividos e sofridos pelo nosso povo. Mesmo que, porventura, esta Teologia venha a ser condenada, isto não significa que o povo vai deixar de lutar, que a Igreja vai perder as Comunidades de Base, que os oprimidos vão ficar sem seus centros de direitos humanos e células sindicais. Este processo de libertação demanda uma reflexão cristã porque dentro dele há muitos cristãos e porque, objetivamente, o dado secular da libertação lança uma interrogação aos teólogos: o que significa este processo aos olhos de Deus? Como é que esta libertação se encaixa dentro do projeto histórico de Deus? Talvez pela repressão possível, os teólogos latino-americanos devam recuar e fazer uma Teologia menos eclesial, menos ligada aos processos sociais, mas a pergunta continua lançada à consciência cristã. E haverá sempre espíritos suficientemente evangélicos que vão pensar nesta linha, vão desentranhar a presença de Deus que já está no processo histórico e que a linguagem apenas explicita e torna consciente. E, ao fazê-lo, reforça a presença de Deus ao nível da consciência dos que estão lutando.

O direito do teólogo à liberdade

Julio de Santa Ana

Quando na América Latina, depois de um período de autoritarismo e repressão, parece começar uma nova fase histórica, na qual tudo leva a pensar que os direitos humanos vão ser mais respeitados que no de correr dos últimos 20 anos, pode-se perceber que o exercício prepotente da autoridade irrompe em outros lugares de nosso mundo. As Igrejas cristãs, que em grande parte defenderam e promoveram esses direitos humanos nesta parte do planeta, manifestam seu espírito repressivo que justificam pela necessidade de "ordem" no seio de seus respectivos corpos eclesiásticos. É neste contexto que se percebe o impacto das medidas impostas a Frei Leonardo Boff pelas autoridades vaticanas.

O exercício da autoridade na Igreja exige uma boa dose de prudência. Este dom é necessário para a boa administração da ordem eclesiástica. Com efeito, a vida de uma instituição possui uma densidade, uma consistência, que não podem ser arriscadas despreocupadamente. A instituição eclesiástica, em particular, é a expressão, a nível social, da convergência de grandes contingentes populacionais em torno a uma fé comum. A autoridade que se exerce sobre ela não pode ser apenas uma expressão de supremacia; mais importante que isto é que ela enuncie um consenso básico. Isto ocorre quando a ordem eclesiástica converge com a realidade eclesial, quando a instituição é realmente representativa do povo de Deus.



Para isto, o carisma dos custódios da ordem — a hierarquia — se faz patente na capacidade do dirigente de saber ouvir, de ser perceptivo às múltiplas correntes que se expressam na vida da Igreja. É deste modo que a autoridade demonstra sua prudência. A incongruência e o desacerto da hierarquia ficam evidentes quando suas decisões são unilaterais. Neste momento a autoridade não une, mas exclui. Então, a instituição (que na linguagem teológica neotestamentária se chama "o corpo de Cristo"), não é construída, mas golpeada.

Isto é precisamente o que ocorreu com todo o processo que se desenvolveu em torno de Leonardo Boff, assim como antes com relação a Hans Küng. A instituição pesou muito mais do que a vida do povo de Deus. O equilíbrio, que sempre se deve ter, entre a ordem eclesiástica e realidade eclesial, já não existe. A ordem e a potestade gravitaram mais que a manifestação da fé no povo. Porque, no fundo, as posições de Frei Leonardo não têm sido mais do que a expressão de um espírito que tem tentado ser fiel às decisões dos padres conciliares ao mesmo tempo que ao testemunho da fé do povo crente.

Esta tensão entre a ordem da instituição e a maneira como o povo vive sua fé coloca imediatamente a questão das relações entre o centro administrador da vida da Igreja e a expressão concreta desta em todo lugar onde os fiéis, se reúnem para celebrar a fé. É evidente que a administração deve zelosamente ser responsável pela tarefa que lhe foi designada. Isto, no entanto, não significa que ela tem com exclusividade

o ponto de vista a partir do qual os problemas são colocados e decididos. Mais propriamente, a prudência com que está sendo chamada a desenvolver sua função exige que o prisma através do qual tem que encarar sua tarefa resulte da combinação adequada dos múltiplos ângulos de visão que existem em toda a Igreja, dada sua diversidade e pluralidade. Frei Leonardo Boff tenta, em sua teologia, combinar as posições do dogma definido pelo Concílio Vaticano II com a grande riqueza que se expressa atualmente nas comunidades eclesiais de base. Sua reflexão teológica é ampla e generosa. Contrasta com o estreito e limitado ponto de vista que transcrevem as decisões das autoridades vaticanas.

Esta reflexão nos leva a considerar uma questão que parece ser fundamental: a liberdade que deve gozar o teólogo ao tentar cumprir e expressar o dom que recebeu dentro da comunidade da Igreja, e que consiste em explicitar o conteúdo da fé do povo de Deus. Por um lado, não deve se esquecer o consenso existente na Igreja em torno de questões dogmáticas, expresso especialmente nas instâncias conciliares, sobretudo no Concílio Vaticano II. Porém, por outro lado, o teólogo está também chamado a perceber e indicar como está atuando o Espírito Santo no mundo e na história. Claro que não há oposição entre o consenso conciliar e as manifestações do Espírito. Porém, não é possível encerrar a obra deste último ao que foi decidido nos Concílios. "(...) onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade" (II Co. 3.17): esta afirmação de São Paulo indica claramente que o âmbito no qual o teólogo cumpre sua função é precisamente o da liberdade, o da graça, o do amor. Estamos longe do autoritarismo, do domínio da lei e da imposição que provém da força institucional.

A liberdade do Espírito do Senhor irrompeu surpreendentemente na vida da Igreja da América Latina durante os últimos quinze ou vinte anos. Sua expressão se concretiza no testemunho da fé cristã que dão as comunidades eclesias de base. É um acontecimento que não pode ser ignorado: salta aos olhos de qualquer observador que olhe com certa atenção a vida da Igreja nesta parte do mundo. Frei Leonardo não somente soube ser perceptivo a esta realidade, mas sim, como poucos, chegou a aprofundar a compreensão da mesma, mostrando como ela não somente é resultado de um processo sociológico, mas indicando de que maneira o Espírito Santo com sua dinâmica de liberdade anima e impulsa esta evolução (que as comunidades chamam "caminhada"). Aqueles que reprovam a Frei Leonardo que não dá suficiente atenção ao elemento da transcendência não parece que tenham lido suas obras, ou então são muito maus leitores.

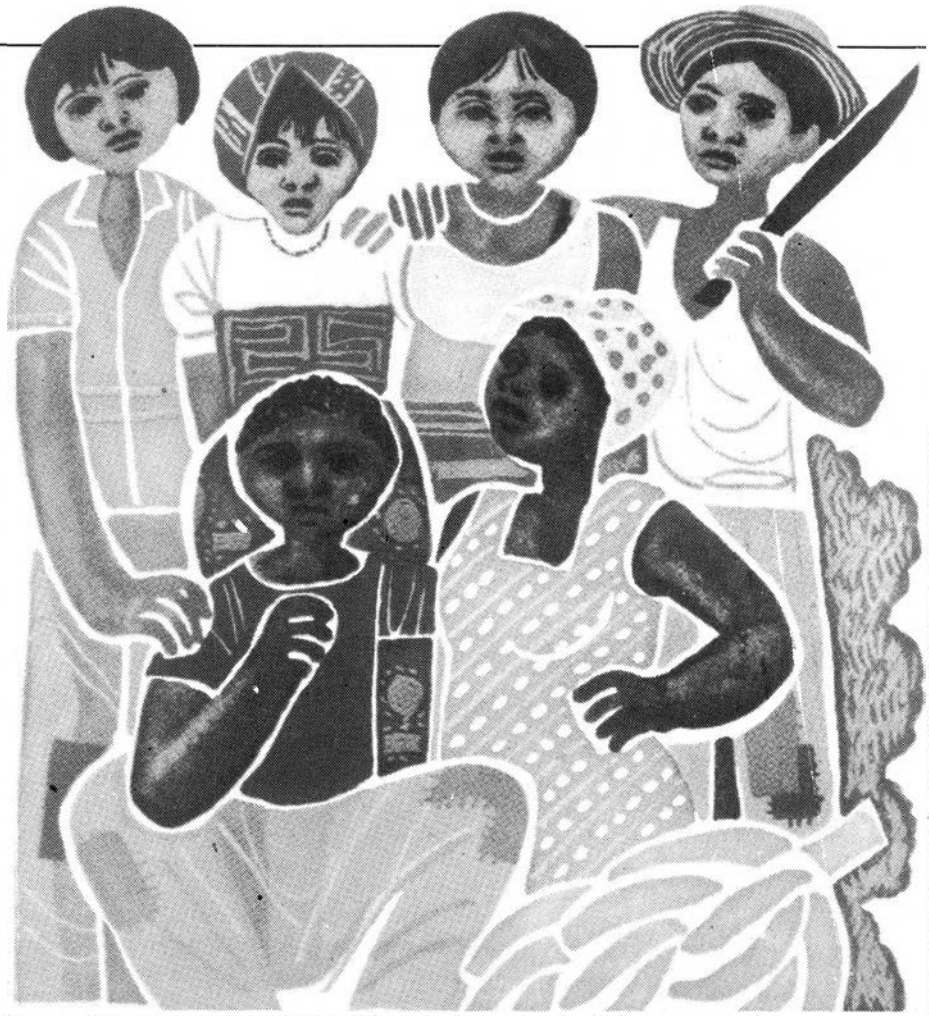


Ilustração de capa do livro "DO LUGAR DO POBRE", de LEONARDO BOFF

Um espírito que tem tentado ser fiel ao testemunho da fé do povo crente.

Porém, com seus ditames põem limites inaceitáveis ao labor que deve desenvolver o teólogo. Isto não somente tem ocorrido com as decisões sobre Frei Leonardo, mas também com a exclusão magistral que impuseram a sei irmão Clodovís. Parece que procurar a fidelidade ao Espírito Santo, dar testemunho do reino da liberdade, é coisa perigosa. Augusto Sabatier opôs até fins do século passado as religiões de autoridades à religião do espírito, ou da liberdade. Se pensava que essa oposição era coisa do passado. Aqui é restaurada porque existem aqueles que procuram ser fiéis ao movimento do Espírito na história.

Esta não pode ser encerrada por decretos autoritários. Mais importante que a ordem institucional é o caminho para o Reino de Deus, reino de justiça, herança dos pobres, esperança dos oprimidos. Frei Leonardo, bem como seu irmão Frei Clodovís, têm tentado com felicidade articular teologicamente essa caminhada do povo movido pelo Espírito em nosso tempo. Infelizmente, parece que a autoridade não sabe acompanhar a liberdade. É uma pena. E é uma pena também que a megalomania desemboque sempre, de uma maneira ou de outra, na repressão. E que o narcisismo seja incompatível com a encarnação de Deus no homem Jesus Cristo, **libertador.**

Julio de Santa Ana é professor de Pós-Graduação no Centro de Estudos de Ciências da Religião do IMS, Rudge Ramos. Foi nomeado recentemente para ocupar o cargo de reitor do Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos de Buenos Aires (ISEDET).

A VOZ DA RESISTÊNCIA

Apesar da estratégia do silêncio, montada por setores obscurantistas do Vaticano (e que faz efeito, infelizmente, junto a várias lideranças cristãs brasileiras e latino-americanas), tem sido intensa a resposta dos cristãos, de personalidades e de entidades da sociedade civil, à medida punitiva contra Boff e, em sua pessoa, contra a Igreja dos empobrecidos. Aqui estão algumas dessas manifestações:

Do CMI

Reunido em Recife, no início de maio, o comitê consultivo do Programa de Missões Rurais e Urbanas do Conselho Mundial de Igrejas escreveu ao cardeal Joseph Ratzinger, afirmando que "a decisão de condenar Leonardo Boff ao silêncio e de proibir seu irmão Clodovís de exercer o ministério" foram recebidas "com grande desapontamento e preocupação" e que "o trabalho desses teólogos é autenticamente baseado nas experiências e esperanças de milhões de pessoas pobres, de acordo com os ensinamentos bíblicos. Sua decisão contraria as esperanças de justiça de milhões de cristãos e terá conseqüências negativas para toda a Igreja, no futuro. Desejamos que registre a nossa preocupação e, delicadamente, pedimos que reconsidere a sua decisão".

Teólogos

Dois grandes teólogos católicos falaram no exterior: Hans Kung - punido antes pelo Vaticano - afirmou em Tubingen (RFA): "É mais um sinal da política de poder restauradora do papa Wojtyla e do cardeal Ratzinger. O Vaticano é incapaz de levar a sério os impulsos positivos da Teologia da Libertação, representada pelo frei Boff. Os diálogos do Vaticano com essa Teologia são levados apenas na aparência. Mas o que predomina, realmente, é um grande apoio de muitos bispos a Boff. O Vaticano tenta silenciar a Teologia da Libertação por meio de uma inquisição sofisticada. A mesma coisa que Pio XI fez com bispos e vozes críticas. Mas as vozes de Boff e de tantos outros teólogos críticos não podem ser silenciadas, porque elas já foram ouvidas e entendidas por milhões de cristãos. Agora, os bispos e teólogos do mundo inteiro devem unir-se para proteger os seus colegas da nova onda de inquisição".

Em Nimega, Holanda, o teólogo dominicano Edward Schillebeeckx, dominicano, afirmou: "É uma afronta à Igreja brasileira porque todos aqueles que conhecem os livros e a palavra de Leonardo Boff, assim como sua vida religiosa, consideram inacreditável essa punição. Foi um ato lastimável, que não impedirá, no entanto, o avanço da Teologia da Libertação na América Latina. Nesta hora penosa e difícil, desejo a Leonardo coragem e fé cristã".

Bispos católicos

Dez bispos católicos divulgaram, dia 10 de maio, a seguinte nota: "Como bispos da Igreja Católica no Brasil, sentimos o dever de manifestar publicamente nossa inconformidade diante da punição infligida pela Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé ao nosso teólogo Leonardo Boff. Tanto a medida em si, quanto o procedimento usado em sua aplicação, parecem-nos pouco evangélicos, lesivos aos direitos humanos e à liberdade de investigação do teólogo, contrários ao testemunho de liberdade e caridade cristã, perturbadores da caminhada de nossas Igrejas e ofensivos à corresponsabilidade de nossa Conferência Episcopal".

Assinaram a nota os bispos Fernando Gomes dos Santos, de Goiânia (GO), Augusto Alves da Rocha, de Picos (PI), Pompeu Bezerra Bessa, de Crato (CE), Antônio Possamai, de Ji-Paraná (RO), José Gomes, de Chapecó (SC), Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), Tomás Balduíno, de Goiás Velho (GO), Celso Pereira de Almeida, de Porto Nacional (GO), Antônio Batista Fragoso, de Cratéus (CE) e Apparecido José Dias, de Registro(SP).

Hans Kung: "É um sinal da política restauradora do papa Wojtyla e do cardeal Ratzinger".

Evangélicos

O "Manifesto de solidariedade a Leonardo e Clodovís Boff" foi publicado dia 9 e afirma: "Nós, cristãos evangélicos, cremos na liberdade de consciência e no direito à livre expressão. Essa crença foi um dos pilares da Reforma Protestante do século 16. Mais do que um direito religioso, é um direito do cidadão, conquistado com muita dor e sofrimento. Este direito é inalienável e cremos ser nossa obrigação nos manifestarmos contra sua violação, onde quer que ela se apresente, por exigência do Evangelho de Cristo. Firmados nessa fé, queremos empenhar aos irmãos Frei Leonardo Boff e Frei Clodovís Boff, nossa solidariedade e apoio frente à punição que lhes está sendo imposta pelo Vaticano. Essa punição, sabemos, visa atingir toda a Igreja que, solidária com os pobres, busca uma sociedade mais justa e fraterna."

"Manifestamos também nosso receio - diz a nota - quanto ao futuro do diálogo ecumênico com a Igreja Católica, na medida em que o Vaticano toma atitudes punitivas contra teólogos co-

mo Hans Kung, Edward Schillebeeckx, Karl Rahner, num processo post-mortem e agora os irmãos Boff. Todos eles muito queridos pelos protestantes, pela contribuição ao nosso pensamento teológico. Como irmãos de Cristo, nos sentimos também ameaçados e atingidos".

Assinam a nota os bispos Sumio Takatsu, da Diocese de São Paulo da Igreja Episcopal, Paulo Ayres Mattos, da 1ª Região da Igreja Metodista, Isaac Aço, da 2º Região da Igreja Metodista, Cláudio Vinícius Gastal, da Diocese de Porto Alegre (episcopal), além de Anivaldo Padilha, secretário para o Brasil e Rio da Prata do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs dos Estados Unidos, Antônio Gouvêa de Mendonça, presidente do Conselho Ecumênico de Pós-Graduação do IMS (Instituto Metodista de Ensino Superior), de São Bernardo do Campo (SP), Acyr Goulart, da UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba), Carlos Cunha, do CEDI/RJ, Edin Abumansur, do CEDI/SP, Ely Eser Barreto César, da UNIMEP, Elias Boaventura, da Universidade Metodista de Piracicaba, Flávio Irala, do CEDI/SP, pastor episcopal em Cubatão (SP), Glênio Rovira, pastor episcopal de Ribeirão Pires e Mauá (SP), Jacy Maraschin, membro da Comissão Internacional de Teologia, da Comunhão Anglicana, Jether Pereira Ramalho, coordenador da CCPD (Comissão para a Participação das Igrejas no Desenvolvimento) na América Latina, José Bittencourt, do CEDI/RJ, Jonas Resende, pastor da Igreja Cristã de Confissão Reformada (RJ), Jorge Cesar Motta, professor de Teologia no IMS/São Bernardo do Campo (SP), Jefferson Barbosa, secretário executivo da UBRAJE (União Brasileira de Juventudes Ecumênicas), Jubal Pereira Neves, secretário geral da Igreja Episcopal, Júlio de Santa Ana, secretário executivo do CESEP e reitor do Instituto Superior Evangélico de Educação Teológica, de Buenos Aires, Mauro Meneghelli, pastor da Igreja Presbiteriana Unida (RJ), Mozart Noronha de Mello, pastor da Igreja Cristã de Confissão Reformada (RJ), Prócoro Velazquez Filho, diretor do Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, do IMS, Rubem Alves, do Conselho Editorial do CEDI, Ruy Josgrilberg, diretor da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, Rosângela Soares, CEDI/RJ, Sérgio Marcus Pinto Lopes, secretário geral da Igreja Metodista e secretário, para o Brasil, do CLAI (Conselho Latino-Americano de Igrejas), Valdomiro Pires de Oliveira, pastor da Igreja Presbiteriana Independente, Waldo César, do Instituto de Estudos de Religião (RJ) e Zwinglio Mota Dias, secretário geral do CEDI.

Parlamentares

Em Brasília, parlamentares do PMDB, PDT e PT (entre os quais o senador Severo Gomes e os deputados federais Eduardo Suplicy, Flávio Bierrenbach, Maurílio Ferreira Lima, Djalma Bom, Cristina Tavares, Luiz Henrique, Aldo Arantes, Flávio Manhães e Bocayúva Cunha) enviaram ao Papa, através do Núncio, d.Carlo Furno, uma carta em que afirmam: "A luta pela justiça social e pelos direitos humanos na América Latina vem ganhando um número cada vez maior de nossos concidadãos, desde as bases populares até os mais altos níveis de dirigentes. Trata-se de um longo e, por vezes, dolorido processo que se desenvolve à medida em que se aprofunda e se expande a consciência de nossa responsabilidade coletiva frente à miséria em que vivem grandes parcelas de nossas populações. No aprofundamento e na expansão dessa consciência coletiva, o papel da Igreja Católica tem sido, em nosso país, extremamente importante dentro do respeito ao pluralismo sadio e necessário à vida democrática. Sempre acreditamos que essa contribuição da Igreja Católica no Brasil à luta pela justiça respondesse aos anseios da Igreja Universal, expressos de forma especialmente clara nos pronunciamentos de Vossa Santidade, na visita com que honrou nosso país, alegrando e enchendo de esperança nosso povo".

Ilustração extraída do "JORNAL DO BRASIL"

"Por isso — concluem os parlamentares — vemos com preocupação e tristeza a recente punição aplicada a um teólogo cuja contribuição tem sido decisiva neste esforço da Igreja. Não podemos deixar de entendê-la como uma pressão para que a Igreja no Brasil restrinja sua ação e sua reflexão frente ao drama social vivido em nosso continente. E a própria forma como essa punição é decidida, desacredita os esforços com que muitos dos que subscrevem a presente vêm desenvolvendo, como leigos cristãos, pela defesa efetiva dos direitos humanos. Ao levarmos, respeitosamente, ao conhecimento de Vossa Santidade esta nossa preocupação, queremos também nos solidarizar com frei Leonardo Boff e com todos os membros da Igreja que, no Brasil, durante o período de repressão política que conseguimos superar, deram apoio fraterno a todos os que sofriam as conseqüências de seu engajamento na luta pela justiça".

Direitos Humanos

Uma declaração com quatro pontos foi divulgada, dia 11 de maio, pela Comissão Justiça e Paz, Comissão de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados e Centro Santo Dias, da Arquidiocese de São Paulo, nestes termos: "1.Não pretendemos entrar no mérito da questão doutrinária e da posição que, sob esse aspecto, assumiu a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé; 2.Queremos salientar que o ato punitivo a frei Leonardo Boff fere pro-

fundamente os direitos fundamentais do padre e do teólogo punido. Fere o direito à expressão e a comunicação de seu pensamento. Obriga-o ao silêncio numa época em que a sociedade civil e a própria Igreja vêm enfatizando o direito de todos a expressarem as próprias idéias para que a verdade nasça do diálogo e do entendimento entre os homens e não de imposições autoritárias''. ''Todo homem tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Este direito inclui a liberdade de , sem interferências, ter opiniões, e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentes de fronteiras''. (art.19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Paulo VI reforça ainda mais esse direito na Carta Apostólica Octogésimo Adveniens - 1971 - quando declara: ''Para contrabalançar uma tecnocracia crescente, torna-se necessário criar formas de democracia modernas, que não somente proporcionem a cada homem a possibilidade de se informar e se exprimir, mas também que o levem a çomprometer-se numa responsabilidade comum''. 3. O ato punitivo fere, também profundamente, os direitos do Povo de Deus e, em especial, das comunidades que têm sido alimentadas pela palavra e pelo testemunho de fei Leonardo. O silêncio imposto fará calar uma das vozes proféticas mais autênticas da noss Igreja e interromperá o diálogo de frei Leonardo com as comunidades da fé, que realimentam a reflexão teológica. 4. O ato punitivo fere profundamente os nossos trabalhos de Comissões e Centros de Defesa dos Direitos Humanos. Como podemos pregar às nossas bases eclesiais e à sociedade civil o respeito à comunicação e à expressão do pensamento, diante dessa punição? Por essas razões, as Comissões e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos declaram-se profundamente ofendidos por esse ato punitivo e hipotecam total solidariedade ao trabalho pastoral e à fé do nosso irmão frei Leonardo Boff.''

Da Unimep

Em Piracicaba (SP) a Assessoria de Direitos Humanos e a Pastoral Universitária, da Universidade Metodista, publicaram nota, dia 9, em que expressam ''surpresa e preocupação'' diante da medida, ''temerosos de que esta decisão unilateral possa afetar o crescente diálogo e convívio que caracteriza nosso relacionamento ecumênico''. Destacam que ''através das idéias e de textos de teólogos como frei Leonardo, aprendemos a admirar a relevância e o comprometimento da Teologia da Libertação, que não só reavivou a Igreja, mas a tornou mais evangélica e presente, através de seus documentos, pastorais sociais e Comunidades de Base''. ''Justamente aqueles que condenam a obra de frei Leonardo - afirma a Unimep - por supostamente mostrar uma visão excludente do mundo, agora se utilizam de um instrumento arbitrário para calar-lhe a voz. Este ato repressor e autoritário certamente representa um retrocesso diante dos principais avanços renovadores alcançados pela Igreja, durante o Concílio Vaticano 2º e poderá acarretar conseqüências negativas para a imagem da Igreja Católica na América Latina...Mesmo amordaçado, frei Leonardo continuará a ensinar e sensibilizar a sua Igreja e a todos nós, com mais este exemplo de seu irredutível compromisso com a verdade e a justiça''.

Foto: AGÊNCIA FOLHAS

''Aos irmãos Leonardo e Clodovís Boff: estamos aí com vocês''.

Grupos de base

Reunidos em Andradina (SP), dia 10, grupos de base publicaram esta nota com o título ''Eles foram a nossa voz. Queremos ser a voz deles''; ''Representamos grupos de agentes de Pastoral e de Educação Popular, com práticas nas periferias das cidades de Andradina, Campo Grande, Lins, São Paulo, Três Lagoas, Rio Preto. Junto às CEBs e aos movimentos populares, vivenciamos o crescimento de uma Igreja que se tornou a voz dos sem voz. O anseio pela libertação, antes de ser passado por uma reflexão teológica, é vivido pela prática cristã das comunidades populares. Nestes anos todos, diversos teólogos têm sido companheiros de caminhada, luz para iluminar a prática, interpretando a voz de Deus no meio do povo. Entre eles, se destacam os irmãos Leonardo e Clodovís Boff. Agora, de formas diferentes, estão sendo reduzidos ao silêncio, por manifestações inesperadas de autoridades na Igreja.''

''Neste momento em que eles se tornam privados da sua vez - conclui a nota - queremos ser a voz deles. Confiamos na atuação do Espírito Santo que fará surgir sempre mais vozes que expressam a prática libertadora da Igreja na base. Comprometemo-nos a fazer com que a nossa prática e a reflexão sobre a mesma se tornem a vez destes nossos irmãos e de todo o povo sofrido''.

A nota é assinada pela Equipe de Pastoral Social da Diocese de Três Lagoas, Pastoral Social da Paróquia Dom Bosco de Campo Grande, Coordenação da Equipe de CEBs da Diocese de Três Lagoas, Equipe Técnica do Instituto Administrativo Jesus Bom pastor, de Andradina, Grupo Linense de Educação Popular, de Lins, Centro Ecumênico de Orientação e Convivência, de São Paulo, Programa Novas Formas de Ser Igreja, do CEDI, Associação Riopretense de Educação e Saúde, de Rio Preto, Pastoral da Saúde da Diocese de Três lagoas e o Grupo de Educação Popular de Vila Mirante, Lapa, São Paulo.

Irmãs inseridas

Em São Paulo, as religiosas inseridas nos meios populares publicaram uma curta e profunda mensagem: ''Aos irmãos Leonardo e Clodovís Boff: a hora do silêncio poderá ser vigília de um novo amanhecer. É hora de semear e esperar. Irmãos Leonardo e Clodovís, estamos aí com vocês.''

Agentes Pastorais

Atuantes em várias áreas pastorais da Arquidiocese de São Paulo, um número importante de agentes (leigos, religiosos e sacerdotes) aprovou esta carta a Boff, dia 17 passado:

''Prezado amigo e irmão, Frei Leonardo Boff:

Os que assinamos esta carta, somos Agentes de Pastoral de várias regiões de São Paulo. Diante dos acontecimen-

tos que o envolveram, queremos, como irmãos e amigos, expressar nossa surpresa, e testemunhar-lhe nossa gratidão pelo seu trabalho e reafirmar nosso compromisso pastoral.

Os documentos do Vaticano II, as linnas de orientação de Medellín, de Puebla e da CNBB, fizeram ressurgir nossa fé e esperança na força e no vigor do Evangelho. E assim nos pusemos a caminho, para anunciar, no convívio com o povo, a mensagem de vida do Senhor. E você, Leonardo, foi e continua sendo um grande irmão nosso nessa jornada.

Por isso, com dolorosa surpresa, tomamos conhecimento do golpe terrível, que lhe foi desferido pela Cúria Romana. E isso porque seu compromisso com os pobres e oprimidos fez levantar-se, com energia crescente, a voz profética, exigindo a conversão evangélica de toda a Igreja. A violência dos regimes ditatoriais, que no Brasil, por 20 anos, esmagou a tantos, reaparece, agora, dentro da Igreja, contra você. Tudo isso nos faz sofrer amargamente.

Leonardo, esta carta é também expressão de nossa gratidão. Seu testemunho de vida, escritos e palavras, marcados profundamente pelo compromisso de fé com os oprimidos, alimentam nossa missão evangélica. As CEBs, ajudadas por suas reflexões do Evangelho, abrem espaço para os pobres, há tanto tempo emudecidos, e eles recuperam sua palavra, anunciam e celebram sua fé, confirmam sua esperança, comprometendo-se sempre mais na construção de uma sociedade fraterna. Você nos ajuda a entender, hoje, na América Latina, o que se diz em Lc. 4, 18-19: "O Espírito do Senhor está sobre mim; ele me ungiu para evangelizar os pobres, enviou-me a sarar os contritos do coração, a anunciar aos cativos a redenção, aos cegos a recuperação da vista, a pôr em liberdade os oprimidos e a pregar o ano favorável do Senhor".

Você sofre, agora, o mesmo silêncio que é imposto ao povo oprimido. Conte conosco nesta hora: tudo faremos para que volte logo a falar e a anunciar a Boa Nova da Libertação. É o nosso compromisso.

Como testemunho de nossa solidariedade, gratidão e amizade, subscrevemo-nos, como irmãos e irmãs na fé e na esperança no Senhor".

TEOLOGIA DO GENOCÍDIO *versus* TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Comentário sobre as declarações públicas do Cardeal Agnelo Rossi em suas visitas ao Brasil

Dom Mauro Morelli

Meu concidadão e irmão bispo, o Cardeal Agnelo Rossi, encontra-se na Cúria Romana a serviço do Papa e da Igreja Universal, desde outubro de 1970.

Por razões de serviço ou para descanso junto a seus familiares, periodicamente tem visitado o Brasil nos últimos quinze anos.

Em cada uma de suas visitas, o cenário político-religioso brasileiro é agitado pelas declarações do Cardeal.

Através dos Meios de Comunicação Social é montada uma encenação fictícia do Julgamento Final, numa versão que certamente não ocorrerá, segundo minha compreensão do Evangelho. Baterias são assestadas e projéteis disparados contra a atuação pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana na conjuntura sócio-política e econômica do Brasil. Como a guerra é generalizada, somos todos atingidos pelas saraivadas do Cardeal.

Concílio Vaticano II: fundamento da ação evangelizadora da Igreja.

Como a sociedade brasileira não atingiu, ainda, elevado grau de secularização, seus pronunciamentos têm causado grande perplexidade dentro e fora da Comunhão da Igreja.

Perplexidade é a expressão mais bondosa que encontro para empregar nestes comentários.

Não seria contra a verdade e a justiça, porém, afirmar que seus pronunciamentos têm causado constrangimento aos bispos e muito sofrimento dentro da Igreja.

É obvio que, da mesma forma, seus pronunciamentos, durante os anos de terror que atravessamos, fortaleciam os inimigos da Nação Brasileira.

Como legado do Papa, junto ao governo brasileiro, às exéquias do Presidente Eleito, Dr. Tancredo Neves, o Cardeal Bispo Agnello Rossi entregou a amigos e aos Meios de Comunicação Social um documento intitulado: "Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação", datado de 19 de março de 1985, festa de São José, Patrono da Igreja Universal. Tenho em mãos fotocópia desse documento, com correções manuscritas e a assinatura do Cardeal.

Como cidadão brasileiro e bispo na Igreja Católica Apostólica Romana, em dupla condição, pois, de igualdade com o concidadão e irmão bispo, venho a público para discordar das atitudes e das declarações de meu irmão na Fé e na cidadania.

Historiadores, teólogos, cientistas sociais, psicólogos, marxistas, irmãos de outras Confissões Cristãs, editoras católicas e a Nação da Nicarágua, atingidos no documento endereçado à Teologia da Libertação,se desejarem ou julgarem conveniente, poderão, sem minha ajuda, apresentar à opinião pública crítica contundente às posições e conceituações sustentadas ou formuladas pelo Cardeal. Não creio que o façam, pois todo diálogo pressupõe certos postulados fundamentais!

Limitar-me-ei, portanto, a tecer algumas considerações como bispo e cidadão brasileiro.

Na minha percepção, não creio que já exista uma Escola de Teologia da Libertação, mas ensaios num processo de elaboração teológica.

É importante observar que teólogos latino-americanos encontraram inspiração, alento e alimento para suas reflexões teológicas no testemunho e na prática pastoral da Igreja na América Latina.

A Igreja, por sua vez, fundamenta sua vida e ação evangelizadora na teologia do Concílio Vaticano II, aplicada à realidade latino-americana pelas memoráveis Assembléias de Medellin e Puebla, realizadas por convocação, com a presidência e aprovação final dos Papas Paulo VI e João Paulo II, respectivamente.

No Brasil, a renovação da Igreja e sua atuação pastoral têm sido orientadas e acompanhadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, isto é, pela Assembléia Geral dos Bispos.

O episcopado brasileiro, na etapa final do Concílio (1965), ultimou e aprovou o primeiro Plano de Pastoral de Conjunto. Lembro, também, que a pedido de João XXIII, já no pontificado de Paulo VI, tinha sido elaborado e aplicado o Plano Pastoral de Emergência. Nestes primeiros planos e nos subsequentes, evidencia-se, cada vez mais, o engajamento da Igreja no estudo da realidade, na reflexão da Fé e na ação pastoral visando a promoção da justiça, da fraternidade e da Solidariedade.

Na medida em que o terror assaltou a Nação Brasileira, a Igreja no Brasil não fez elocubrações teológicas a respeito do regime imposto ao povo do Brasil. Leigos, religiosos, religiosas, padres e bispos, por exigência do Evangelho, saíram em campo em defesa dos índios, agricultores, posseiros e trabalhadores.

Mortes, calúnias, discriminação e outras manifestações do poder do arbítrio cairam pesadamente sobre muitos membros da Igreja na luta pelos direitos humanos mais fundamentais e sagrados.

Desafio a quem quer que seja a provar que a Igreja tenha incentivado ou proposto a solução de nossos problemas pela via da violência. Pelo contrário, se não fôra a atuação da Igreja, afirmo com modéstia e humildade (pois, ao lado do compromisso, estiveram presentes também, a indefinição e a omissão), o povo teria sido, provavelmente, esmagado numa terrível e caótica guerra civil que forçosamente eclodiria como resultado do desespero e da opressão.

Não pretendo ser dogmático na afirmação acima, mas como participante do processo histórico, percebo que a presença e a atuação da Igreja evitaram o agravamente da situação, contribuindo, ao mesmo tempo e de forma expressiva, para o processo de resistência cívica que levou a Nação à conquista da abertura política, naquilo que tem de legítimo e verdadeiro.

Sinto profundamente que um irmão bispo afastado de nossa Pátria por longos anos, distante e acima dos bispos que respondem pelas Igrejas locais no Brasil, venha com julgamentos generalizados e, por consequência, carentes de responsabilidade, lançar sobre toda a Igreja no Brasil suspeitas e condenações.

Lembraria ao irmão bispo, Dom Agnelo Rossi, que o cardinalato não faz parte da hierarquia da Igreja. A Igreja é regida, por mandato de Cristo, pelo Colégio de Bispos presidido, na caridade, pelo Bispo de Roma, Pastor da Igreja Universal, a quem o Cristo confiou a missão de confirmar na Fé os seus irmãos pastores.

Na prática atual da Igreja, o cardinalato é um serviço episcopal junto ao Bispo de Roma, na missão que também nos pertence, pela ordenação episcopal, de zelar pela Unidade da Igreja, pela Tradição Apostólica da Fé e pelo compromisso radical com a Evangelização, razão de ser da Igreja no mundo. O que se espera de um cardeal é que seja o mais evangélico dentre os bispos.

Não desejo, nesta oportunidade, estender-me em considerações sobre problemas que afetam a Igreja, em todos os níveis, e que estão intimamente ligados à nossa missão episcopal. Omissão, luta pelo poder e neuroses não solucionam os problemas da Igreja, pelo contrário, os agravam. Tenho consciência de que a Igreja no Brasil também é imperfeita e pecadora. Por outro lado, a Igreja, no Brasil, também sofre por causa das imperfeições e pecados das Igrejas Irmãs na Europa e em outras partes do mundo.

O venerando irmão bispo não ignora, também, que as Atas e Documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil são enviados à Cúria Romana e ao Papa. Na extensa lista de documentos da CNBB já publicados, apenas um documento - "Diretório para a Missa com grupos populares" - foi retirado de circulação e é objeto de um longo e inacabado diálogo com a Santa Sé. Recentemente, organismos da Santa Sé pediram à CNBB revisão de alguns pontos da Legislação complementar ao Direito Canônico. No mais, posso afirmar que os documentos que orientam a vida e a ação pastoral da Igreja, no Brasil, contam, pelo menos, com a aprovação tácita da Santa Sé.

É importante observar que, nos anos que atravessamos, a vida da Igreja, no Brasil, é orientada pelo Documento n.º 28: "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil".

A formação dos futuros padres segue orientação de documento aprovado, com elogios, pelo organismo competente da Cúria Romana.

Volto a insistir que nas "Diretrizes Gerais..." se encontra, de forma clara e sem ambiguidades, a posição da CNBB a respeito de questões que atormentam o meu irmão bispo, como a luta de classes e o que entendemos por "opção pelos pobres". Um opção que exige conversão da própria Igreja e dos pobres, não apenas dos poderosos e ricos. Opção que não admite sofismas, atenuantes e gozações, mas que exige conversão radical à fraternidade, caminho que nosso pecado impede de percorrer. Diante desta opção, reconheço-me bastante omisso e pecador. Que cada um julgue a si mesmo!

Como brasileiro considero ofensivos, aos pobres e marginalizados, os conceitos emitidos no documento do

Foto: SILVIO FERREIRA

Na visita do Papa ao Brasil, a denúncia dos fiéis.

brasileiro, Dom Agnelo Rossi, na sua análise da realidade brasileira sob os aspectos sócio-econômicos e políticos! A título de exemplo, vamos à seguinte informação: "Hoje é quase impossível encontrar um descendente de imigrantes na miséria"! Uma visita ao Rio Grande do Sul ou à Baixada Fluminense demonstra exatamente o contrário. Nem será necessário verificar a situação dos "imigrantes africanos" e sua sorte no Brasil de ontem e de hoje.

Onde fica esse Brasil em que trabalhadores, por causa de seu pecado pessoal, "não produzem mais e melhor e não sabem ou não procuram economizar?"!

Desde quando o pecado pessoal levou o pobre povo brasileiro a merecer esta terrível bofetada das mãos ungidas do nosso concidadão e irmão bispo. "Mas também existem, é mister dizê-lo, em alguns a indolência, o abandono das terras, o alcoolismo, gastos imprevidentes e exagerados, como de moradores de favelas que dispendem fartamente no Carnaval"!!!

Lastimo que o documento não mencione de forma clara e corajosa os grandes pecados e pecadores que fizeram do Brasil uma terra de famintos, desenraizados e marginalizados.

Quanto ao "abandono" das terras - baseado em fontes oficiais - informo ao concidadão e irmão bispo que os pobres brasileiros "abandonaram", nas mãos das corporações nacionais e transnacionais, as suas ricas terrinhas! Pelo Brasil afora 12 milhões de "indolentes" cometeram esse crime de "abandono" e de lesa-pátria! Como consequência dos pecados pessoais dos pobres do Brasil, quatrocentos milhões (400 em 570) de hectares de terras agrícolas estão nas mãos limpas dos grandes proprietários agrícolas!!! Os quais, cinicamente informam que, destes 400 milhões, 200 não estão sendo utilizados! Baseado na teologia do documento, concluiria que, por causa dos pecados dos pobres, existem as favelas e as periferias das grandes cidades e foi criada, por exemplo a diocese de Duque de Caxias!

Não pretendo analisar os parágrafos do documento, pois extrapolaria os objetivos deste texto. Porém, não posso deixar de observar, ainda, que o concidadão e irmão bispo, não soube ler e ver, na agonia do Presidente Eleito, que o povo brasileiro é profundamente religioso, solidário e desejoso de uma solução fraterna e pacífica para o descalabro institucional e social em que nos encontramos. Pregações e ações de violência não encontram a mesma resposta e nesta oportunidade não pretendo entrar no mérito das propostas da Nova República e nem na extensão e profundidade do caminho da reconciliação.

Não poderia, também, deixar de fazer um confronto das visitas que meu irmão bispo nos fez com a Visita Pastoral do Papa João Paulo II à nossa Pátria em 1980.

Pastor da Igreja Universal, primeiro Bispo no Colégio dos Pastores, sinal e guardião da Unidade da Igreja, o Papa veio de braços abertos ao encontro de todos: esteve no Palácio do Planalto e no barraco da favela. Rezou com a Igreja, exerceu seu magistério, revelou-se irmão dos bispos em cada localidade visitada. Pregou o Evangelho da Cruz com suas dimensões verticais e horizontais, com firmeza e sem ambiguidades. O Papa presidiu, na caridade, um grande encontro com seus irmãos, os bispos brasileiros. O Papa amou a Igreja, recebeu dela amor. O Papa nos entendeu e nos confortou!

A maior prova disto foi o discurso feito aos bispos em Fortaleza. Para iluminar certos acontecimentos na Igreja, torno público que o Papa, no Brasil, alterou substancialmente o discurso aos bispos preparado em Roma. Três bispos, pelo menos, são testemunhas deste gesto de amor do Papa aos irmãos bispos. Mais do que isto, afirmo que o Espírito de Deus iluminou o Papa na sua peregrinação no Brasil. O discurso preparado em Roma não correspondia à verdade da Igreja no Brasil e não fazia justiça aos bispos brasileiros.

Gostaria que o concidadão e irmão bispo, Dom Agnelo Rossi, assim, nos visitasse na verdade, na fraternidade e na caridade, vindo ao nosso encontro para partilhar das nossas alegrias, preocupações e da busca de discernimento para fiel cumprimento da missão que o Divino e Único Pastor e Mestre nos confiou.

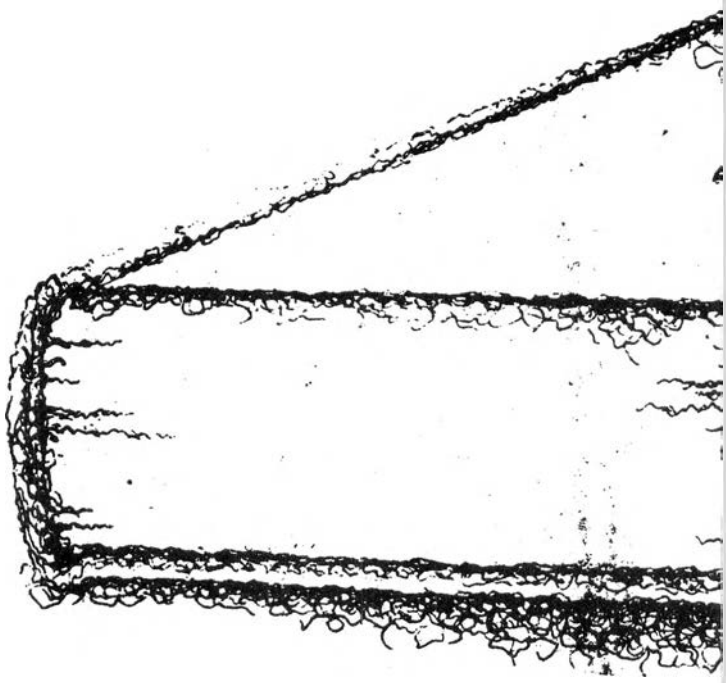
Fale ao nosso coração. Não nos ignore ou despreze. Se julga que algum de nós anda extraviado, vá à procura como irmão e pastor. Lembre-se de que não é sinal de muita sabedoria fazê-lo sozinho. Se não for ouvido, denuncie o pecador à Igreja, à cabeça visível, o sucessor de São Pedro, a quem Cristo, na caridade, constituiu juiz entre os irmãos.

Em nome do Evangelho, não joguem na praça pública a honra, a dignidade e a reputação dos filhos da Igreja, seus irmãos!

Dom Mauro Morelli é Bispo da Igreja Católica em Duque de Caxias e São João do Meriti, no Rio de Janeiro.

Rubem Alves

Silê



Tirar da criança o seu brinquedo?
Arrancar dos braços da mãe o seu filhinho?
Proibir o carinho dos namorados?
Exigir que os poetas não mais escrevam os seus poemas?
Fazer calar o grito dos oprimidos?
Amaldiçoar a lágrima dos que sofrem?
Não, isto não pode, nada disto pode...
Mas fizeram: a Igreja condenou um teólogo ao silêncio.
Palavra: brinquedo, objeto de prazer,
coisa saída de dentro do corpo, como se fosse filho,
declaração de amor, carícia de esperança,
lugar poético de uma grande nostalgia,
suspiro que nasce da opressão,
lágrimas que escorre da dor...
Pois é: Deus oferece a Palavra.
A Igreja a tira.
Fica o silêncio.
Ecos.
As mesmas coisas de sempre.
Ladainhas.
Os fortes invocam repetições:
que o amanhã seja igual ao hoje.
Para que continuem fortes.
"Quem controla o presente controla o passado;
e quem controla o passado controla o futuro..."
Era assim em **1984.**
Igreja, **1984?**
Que somente os que têm o poder possam falar...
— Boca de forno...
— Forno...
— Furtaram um bolo...
— Bolo...
— Fareis tudo o que o seu mestre mandar?
— Faremos todos, faremos todos, faremos todos..."?

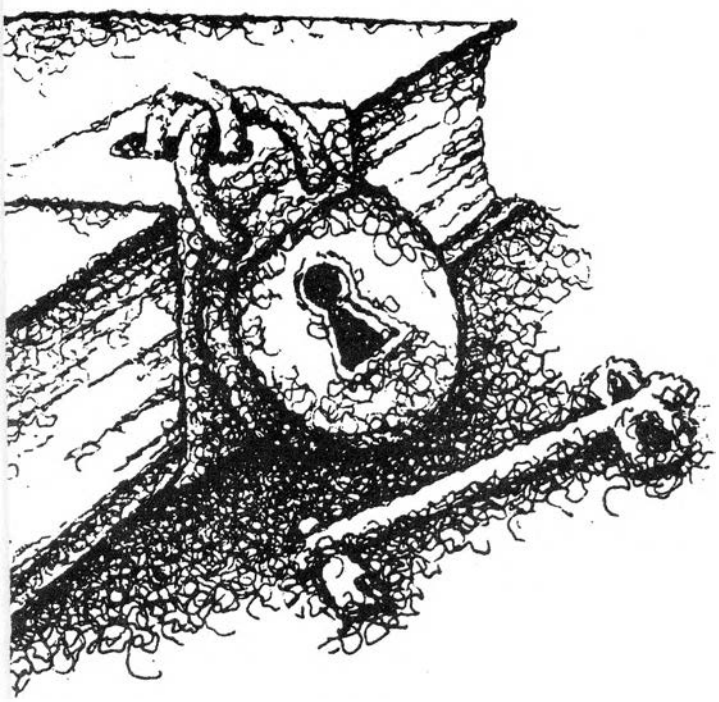
Mater et magistra: mãe e mestra...
Mas, de acordo com as estórias infantis
a voz que exige o silêncio não é voz de mãe;
é a voz de madrasta.
Cinderela é condenada às cinzas:
silêncio penitencial...
Para obrigar à obediência é necessário primeiro
que nos esqueçamos dos nossos nomes. Esquecidos
os nomes, os nomes dos poderosos nos invadem,
fazem em nós morada: legião de demônios...

As aves selvagens ficam aves domésticas.
E são esquecidas...
Em outros tempos usava-se a fogueira.
Agora, o silêncio.
O resultado é o mesmo:
o olvido.

Como nos enterros.
No princípio é o choro, a tristeza,
as juras de que nunca mais...
Depois, "o princípio da morte da memória...
A conversa aligeira-se quotidianamente,
E a vida de todos os dias retoma o seu dia...
Depois, lentamente és esquecido.
Só és lembrado em duas datas, aniversariamente:
quando faz anos que nasceste,
quando faz anos que morreste.
Mais nada, mais nada,
absolutamente mais nada." (F. Pessoa)

"Toda vez que um justo grita
um carrasco vem calar.
Quem não presta fica vivo
quem é bom mandam matar."

ncio



Silêncio penitencial: melhor que os enterros.
Porque nem mesmo as duas datas sobram.
A Igreja não tem pressa.
Pode esperar.
Seu calendário não contém dias.
Apenas séculos.

Mas a vida de um homem,
"são os seus dias como um conto ligeiro..."
As absolvições vêm depois, muito depois,
quando não mais fazem diferença.
Galileo morreu com sua humilhação.
Seus ossos podem ser absolvidos: eles não falam.
Todos os mortos têm absolvição...
Os homens passam,
as instituições permanecem...
Lembra-se disso, irmão?
Acontece que apenas os homens choram,
como tu.

Por isto que dizemos outra coisa,
que Deus é Vento selvagem
que voa por mares e desertos...
Não, não mora em instituições,
ainda que tenham os sinais das ladainhas e dos incensos.
Contra o silêncio, o grito...
Protesto: protestamos...
Condenaram o teólogo ao silêncio.
Logo as águas estarão calmas de novo.
O mar se acalma depois que o navio afunda.
Lembram-se de Hans Kung?
Silêncio:
que os teus nomes não mais sejam ditos, mal/ditos.
É preciso aprender a obediência,
a consciência curvada perante o anel.
Quando fores eco, então te amarão...
Somos nós que sofremos.
Quando o poeta se cala, é o povo que chora...
E por que fizeram calar o poeta?
Por isto mesmo, porque fazia o povo chorar.
Ah! Como os algozes odeiam o amor
que mora nos olhos do povo.
Povo que segue a canção que fala de vida e futuro,
e foge dos "Requiens" às coisas mortas:
os que moram em sepulcros
fecham as portas quando a aurora se aproxima.
Tristeza: não mais podemos acreditar.
Pelas peregrinações festivas se celebra a salvação,
se fazem os gestos de acolhimento
e os rostos dizem de amor:
mas das profundidas intestinas sobe
um silêncio que faz estremecer pássaros selvagens e
o Vento: em algum lugar moram algozes
que arrancam línguas
e proíbem a Palavra...

A Palavra: onde a buscaremos?
Há desertos,
profundidades marinhas,
campos queimados,
rosto de crianças magras,
mãos duras de calos,
falas rudes/macias...
Sobre as solidões o Vento sopra...
Para lá dirigimos o nosso olhar...

Provocações e ameaças: exercícios navais americanos na América Central.

James Lawson: "Reagan pode fazer dos EUA o Quarto Reich"

"O presidente Reagan pode transformar os Estados Unidos no Quarto Reich, depois do que houve na Alemanha hitlerista e a própria sociedade norte-americana passaria a viver sob o regime do apartheid". A afirmação é do pastor negro estadunidense James Lawson que foi assessor direto de Martin Luther King. Ele visitou o Brasil, de 10 a 12 de maio, para participar, no Instituto Metodista Bennett, do encontro sobre "O mito da democracia racial no Brasil".

Entrevistado pela equipe do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, do CEDI, Lawson refletiu sobre o avanço do conservadorismo nas Igrejas Cristãs, numa convergência de interesses com o programa de dominação do presidente Reagan.

T e P - Qual a posição das Igrejas dos EUA em relação à política externa do governo Reagan e, em particular, à sua política para a América Latina?

James - É importante entender que a situação nos EUA hoje é muito estranha. Reagan foi eleito principalmente por causa de sua popularidade. Vários estudos realizados em 1984 mostraram que a grande maioria da população americana, mesmo aqueles que votaram em Reagan, não estão de acordo com sua política. Principalmente em relação à América Central. Também sentiu que Reagan não tem compaixão em relação ao pobre nos EUA. A maioria também não concorda com sua política de corrida armamentista.

Nós temos então uma situação muito estranha. Por um lado, um presidente que talvez seja o mais popular que já tivemos e, por outro, uma situação em que a grande maioria da população não concorda com sua política.

Reagan tem hoje o apoio da "Maioria Moral", que representa um setor dos grupos religiosos, mas, ao mesmo tempo, as Igrejas Históricas opõem-se totalmente à sua política, desde 1980.

O Conselho Nacional de Igrejas nos EUA, já no outono de 1981, colocou-se contra a política de Reagan de cortar da previsão orçamentária os programas de educação, de direitos civis, de saúde e principalmente a assistência aos setores mais necessitados da sociedade.

Durante esses anos, um movimento que se desenvolveu dentro das Igrejas foi o movimento do "Santuário", que transforma as paróquias em "santuários" para dar proteção aos exilados da América Central, principalmente salvadorenhos e guatemaltecos que chegam aos EUA e o governo recusa asilo. Desse movimento, participam as Igrejas Católica, Batista, Metodista, Presbiteriana, Luterana, Discípulos de Cristo e Episcopal.

A nível nacional existe uma rede que apóia programas de luta de emergência para os pobres e desempregados; ajudas de alimentação e abrigo para pessoas sem moradia.

Em minha Igreja Metodista, havia um programa de ajuda que atendia a poucas pessoas da comunidade. Hoje há toda uma rede muito mais ampla, envolvendo setores maiores das comunidades, que envolvem um número muito maior de pessoas, inclusive fazendo pressão sobre o governo americano, para que ele coloque recursos para o serviço de atendimento aos necessitados.

Uma outra forma de oposição tem sido o apoio que as igrejas têm dado a todo movimento pela paz, principalmente em relação à América Central. Por exemplo: todas as igrejas têm publicado várias declarações públicas opondo-se à política americana em relação à América Central e se opondo a qualquer possibilidade de invasão.

As igrejas têm feito também todo

NÃO PASSARÃO!

Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção

um trabalho de educação da população e têm feito uma coleta de assinaturas em abaixo-assinados, onde dizem claramente que se houver uma invasão militar americana contra a Nicarágua e a América Central, as Igrejas e as pessoas que assinam esse abaixo-assinado vão cometer desobediência civil, ou seja, vão se recusar a cumprir as determinações do governo. Vão, inclusive, incentivar os soldados a não lutar, não atender ao chamado do governo para uma invasão da América Central.

T e P - Temos ouvido falar das articulações da chamada "nova direita" nos EUA, inclusive com uma produção, ao nível teológico, de apoio ao governo Reagan. Qual a posição das Igrejas sobre isso?

James - Reagan tem usado repetidamente a "nova direita" religiosa, como uma justificação moral para suas posições políticas. Ao mesmo tempo tem ignorado as igrejas tradicionais, históricas, principalmente as representadas pelo Conselho Nacional de Igrejas.

T e P - Quem representa essa "nova direita". São as "Igrejas Eletrônicas"? Que tipo de Igreja?

James - Durante vários anos, não há muito tempo, houve o desenvolvimento nos EUA do que se chama "Igrejas Não Denominacionais" ou "Igrejas Bíblicas". São grupos religiosos e congregações que não têm nenhuma ligação com qualquer denominação tradicional. Hoje é difícil encontrar uma comunidade nos EUA onde não exista esse tipo de grupo.

O poder dessa "direita" surgiu com a organização do movimento "Maioria Moral", por Jerry Falwell. Organizando a Maioria Moral como um movimento político, ele atraiu para ele pessoas que pensavam da mesma forma. Apesar da "Maioria Moral" ter surgido ainda na época de James Carter, na verdade a intenção era angariar apoios para a candidatura Reagan, nas eleições de 1980.

T e P - Você poderia falar, nesse contexto, do "Instituto sobre Religião e Democracia" (IRD)?

James - O "Instituto sobre Religião e Democracia" foi iniciado por um pastor metodista dogmático chamado Ed Robb e sua família. Eles são os principais inspiradores da fundação desse Instituto. Foi organizado principalmente para combater a junta de ministérios globais da Igreja Metodista Unida dos EUA, que, de acordo com o IRD, estaria apoiando movimentos marxistas e esquerdistas na América Latina.

Reagan: sem compaixão.

Recentemente o IRD - com o Departamento de Estado Americano - organizou uma conferência sobre a questão da liberdade religiosa. Na verdade, a conferência foi um ataque ao Conselho Nacional de Igrejas dos EUA, que representa as Igrejas Históricas Protestantes. Há, também, uma união entre o IRD e a Administração Reagan na questão religiosa.

É importante dizer que, na década de 50 e 60, esse mesmo grupo recusava qualquer tipo de diálogo com o movimento de Martin Luther King, Jr. Tanto Luther King quanto eu éramos tidos como comunistas. É interessante também que Falwell, no final dos anos 60 e início da década de 70, ainda pregava a segregação racial, em bases bíblicas.

T e P - Você vê alguma relação entre essa estratégia global do governo dos EUA, a utilização de igrejas, do IRD e o crescimento de um protestantismo conservador e sectário na América Latina e principalmente na América Central, nos lugares de conflito?

James - Sim, há uma relação. Essas pessoas a quem eu me referi têm uma visão do cristianismo que eu chamaria de laissez-faire da religião. É um grupo que não está relacionado a nenhuma denominação e é também um grupo que não tem que prestar contas a ninguém. Dentro da visão deles, eles mesmos são as pessoas que têm que pregar o evangelho para todo mundo. Daí eles terem inundado a América Central e outras regiões do mundo, com missionários, todos eles brancos, sem nenhuma forma de entendimento ou conhecimento sobre o mundo em que nós vivemos. Eles não tem condições portanto de entender, porque nunca viveram, as mudanças que nós gostaríamos de ver no mundo hoje.

Já que Reagan apóia o estabelecimento de governos totalitários e autoritários na América Latina, esses mesmos governos vêem com bons olhos a entrada em seu país de grupos religosos que representam esse mesmo tipo de política.

Eu penso também que esses grupos realmente virão a falhar, não terão sucesso, porque, se Reagan tiver sucesso, os EUA poderão tornar-se o 4º Reich, depois da Alemanha e, estaríamos perdidos. A própria sociedade americana viveria sob um regime de apartheid.

T e P - Você poderia nos falar sobre a Igreja da Unificação, do Rev. Moon. Há alguma relação, articulação entre ele e a "nova direita"?

James - Creio que a Igreja da Unificação tem relação com o movimento da "nova direita". Ao mesmo tempo, o movimento de Moon é uma mistura um pouco estranha, porque, por um lado, entre todos esses tipos de grupos, é o que mais tem uma proposta multiracial. Essa proposta multiracial é o símbolo da sociedade que ele pretende construir. Ao mesmo tempo, é um grupo que faz do anticomunismo a sua bandeira e ao fazer isso cai exatamente no campo da nova direita.

Gostaria ainda de observar que particularmente não gosto da expressão "nova direita", porque na verdade seus adeptos sempre estiveram presentes e sempre foram parte do panorama americano. Por exemplo, bispos e clérigos que apoiavam a escravidão, con-

Luther King: pelo direito do negro e do pobre.

tinuaram apoiando os salários de miséria nas minas e nas fazendas. Ou seja, esse grupo, sempre presente, não é uma "nova direita", mas uma "velha direita".

T e P - Qual a posição das igrejas diante do movimento negro nos EUA?

James - O papel das igrejas tem sido grande, principalmente das igrejas negras. Já no século 18, os negros, que já eram cristãos, procuraram desenvolver uma nova forma de entendimento, uma nova compreensão de Cristo. Aí já houve um conflito com a igreja branca. Porque para nós, a comunidade negra, a escravidão era o maior pecado, o principal pecado do mundo. Para as outras, a questão, o pecado era a imoralidade. Em segundo lugar, na atual conjuntura dos EUA, as igrejas negras têm sido a consciência da sociedade. Nisso, por exemplo, o movimento de Luther King representou a combinação daquelas duas tradições mencionadas antes.

Ed Robb não consegue entender uma Igreja Metodista que hoje, ou principamente no início da década de 60, começou a ouvir as lideranças negras que exigiam uma igreja mais aberta e que abria espaço para todas as minorias. Por exemplo hoje, a nível nacional, a Igreja Metodista tem, em postos de direção, negros, mulheres e outros representantes de minorias. Isso Ed Robb não tem condições de entender porque a Igreja que ele conheceu era um Igreja que não permitia isso, era uma Igreja de brancos e homens. Uma forma importante de participação das igrejas foi através do movimento de Martin Luther King Jr., que teve como um dos primeiros objetivos fazer com que a nação norte-americana reconhecesse o direito dos negros e dos pobres. O objetivo do movimento era a mudança das leis civis e também das condições de vida do povo negro. O movimento de Luther King teve suas raízes profundamente arraigadas nas igrejas negras.

O movimento de Luther King desencadeou um processo de conscientização das Igrejas Históricas e principalmente do Conselho Nacional de Igrejas mas também das Igrejas Metodista, Luterana, Presbiteriana, Episcopal e outras. Esse processo fez com que questões como o ministério urbano, o racismo, a pobreza e o desemprego fossem colocadas permanente e constantemente na agenda desses Igrejas. Talvez pudéssemos dizer que o maior sucesso do movimento de Luther King foi a possibilidade de se formar uma grande coalizão de negros, judeus, trabalhadores, grupos de direitos civis, estudantes e mulheres. Através dessa coalizão, o governo dos EUA foi forçado a votar a legislação mais progressista que já houve na história americana, em relação à educação, direitos civis, direito de moradia, a questão da justiça e saúde.

É importante frisar que a política interna do governo Reagan, tem sido, desde o começo, um esforço no sentido de anular conquistas do movimento dos direitos civis.

T e P - Diante de um governo conservador e de direita, como o de Reagan, a nossa expectativa é que os negros sofram mais as consequências de sua política. Qual é hoje a representação política dos negros nos EUA e seu poder de interferência e pressão nas decisões políticas?

James - A política de Reagan tem tido um efeito devastador sobre a comunidade negra, forçando a perda de algumas das conquistas do movimento dos direitos civis na década de 60.

É importante dizer que, diante do racismo nos EUA, a comunidade negra sofre duas vezes mais, qualquer que seja o problema que exista na sociedade. Por exemplo, o desemprego, que a nível nacional é de 8%, na comunidade negra em geral é de 16% e, nas cidades, essa taxa entre os negros sobe para 30% a 60%. Temos visto também o crescimento da mortalidade infantil

Jerry Falwell: segregação racial e apoio a Reagan.

dentro da comunidade negra tanto rural quanto urbana. Portanto a comunidade negra é afetada de maneira dupla.

Em meio a todos esses problemas, a comunidade negra desenvolve dois tipos de esforços: um deles é através do grupo de deputados negros no Congresso Americano. É um grupo de uns 30 deputados que atualmente têm a agenda mais progressista na situação atual dos EUA. Outra face dessa mesma moeda é o esforço que se desenvolve a nível local e regional, que é o esforço eleitoral para eleger negros para cargos de direção. Algum dia esperamos poder eleger negros para a região sudeste americana.

T e P - Nesse contexto, como vê a produção de uma teologia negra, hoje, nos EUA, e uma produção teológica similar em países da América Latina e países em processos de libertação?

James - Vejo muita coisa em comum entre a teologia feita na América Latina e a teologia negra, desenvolvida nos EUA. Pelo menos nos últimos 15 anos, a teologia negra já atingiu a situação de hoje ser uma escola de pensamento, que foi estabelecida, principalmente através dos trabalhos de James Cone.

Vejo a Teologia da Libertação, a teologia negra dos EUA, a teologia africana, a teologia feita hoje na Ásia, como parte de uma necessidade de promover ou descobrir uma visão do Evangelho que seja global. Uma nova forma de ver o Evangelho, da mesma forma que vemos esforços para a criação de uma nova ordem econômica internacional, a criação de um novo mundo, uma nova cidade.

VISITA DE NOVAK É REPUDIADA

Um dos principais nomes da direita norte-americana, Michael Novak, do "Instituto sobre Religião e Democracia" e do "Instituto Americano de Empresas", visitou o Brasil, numa viagem organizada pelo Departamento de Estado dos EUA, dias 27 e 28 de maio, para tentar contatos com setores católicos e evangélicos brasileiros. Numa iniciativa conexa, dia 13, o primeiro secretário da embaixada norte-americana em Brasília, John Bowen, visitou, de surpresa, o secretariado nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Goiânia (GO), manifestando, no final da visita, "o interesse do governo Reagan pela situação dos trabalhadores rurais brasileiros".

Em São Paulo, dezenas de entidades ligadas às igrejas cristãs fizeram chegar a Michael Novak a seguinte carta aberta:

Sr. Michael Novak,

As entidades abaixo relacionadas, com pleno respeito à sua liberdade de expressão, vêm dirigir-lhe a seguinte manifestação pública a propósito da sua visita ao Brasil e de suas atividades nos Estados Unidos e na América Latina, que consideramos prejudiciais aos interesses os nossos povos:

1. Sabemos que o sr. integra o "Instituto sobre Religião e Democracia" que se autodefine como uma entidade privada de pesquisa, mas que, na verdade, se dedica a manipular os sentimentos religiosos do povo norte-americano no sentido de apoiar o projeto global de dominação do governo dos Estados Unidos sobre o seu próprio povo e demais povos empobrecidos do mundo;

2. Sabemos, também, que o sr. é membro do "Instituto Americano de Empresas" e que o sr. está empenhado em justificar, teologicamente, o sistema capitalista "como o sistema que mais se aproxima do Reino de Deus". Essa posição não está de acordo com o Evangelho de Jesus Cristo que veio "para anunciar boas novas aos pobres, proclamar liberdade aos cativos, para por em liberdade os oprimidos" (Lucas 4, 18-19), enquanto o capitalismo tem, como motor, o lucro e a exploração do trabalho humano;

Invasão de Granada: intervenção criminosa.

3. Sabemos, igualmente, que o sr. é um dos principais defensores da política agressiva e intervencionista do presidente Ronald Reagan na América Latina, e, principalmente, na América Central. Esta política tem representado toda uma história de retrocesso político, social e econômico em nossos países e um verdadeiro genocídio na América Central.

Os Estados Unidos vêm assumindo uma posição cada vez mais agressiva e belicista diante das aspirações de autodeterminação e independência dos povos de El Salvador e da Nicarágua, não podendo ser esquecida a criminosa intervenção na pequena Granada e o apoio ao neocoloniamismo britânico na guerra das Malvinas;

45. Sabemos, também, que o sr. é um dos principais incentivadores da campanha movida pelo governo Reagan contra a Teologia da Libertação, nascida na América Latina, a partir da vivência da fé e da prática pastoral dos nossos povos, majoritariamente cristãos e explorados. Consideramos inadmissível essa interferência, inspirada nas forças da morte e servindo aos interesses do lucro e da manutenção de um sistema iníquo e opressor: o capitalismo.

Diante disto, deixamos registrado o nosso protesto contra a sua visita ao Brasil, feita não a convite do povo brasileiro, mas por iniciativa e promoção do Departamento de Estado dos Estados Unidos, através do United States Information Service (Serviço de Informação dos Estados Unidos).

O TRÁGICO CASO DOS RELIGIOSOS PALOTINOS

Junto a uma hierarquia episcopal que se fez cúmplice - pelo menos com o silêncio - das atrocidades da ditadura militar da Argentina, coexistiram religiosos que permaneceram ao lado do povo, denunciando as violações dos direitos humanos. Com valor admirável, expuseram-se a represálias, armados com a justiça, a preferência pelos empobrecidos e por sua fé. Muitos foram seqüestrados e desapareceram. Muitos foram torturados e assassinados. Algumas de suas histórias, sempre comovedoras e patéticas, apresentam mistérios cujas seqüelas ainda não foram esgotadas. É o caso, por exemplo, do crime que vitimou cinco religiosos palotinos, em Buenos Aires.

Domingo, 4 de julho de 1976. O jovem Rolando Savino chega às 8hs15 à Igreja de São Patrício. Encontra as portas fechadas. Preocupado, pula a parede e encontra, metralhados, três padres e dois seminaristas. Sobre a mesa, empilhados, os documentos pessoais deles, indicando que os nomes foram confrontados com os dos mortos. Nas paredes, escritas, com sangue, estas frases: "Por envenenarem as mentes dos jovens", "curas filhos da puta".

Os mortos: padre Alfredo Kelly, vigário, 43 anos, argentino de origem irlandesa, defensor dos pobres do bairro; padre Alfredo Leaden, superior dos palotinos, 57 anos; padre Pedro Dufau, 67, de origem francesa; Salvador Barbeiro, 29 anos, seminarista, sobre cujo peito foi colocado um cartaz satírico. Era educador. E Emílio Barletti, 23 anos, também seminarista.

Na comunidade de São Patrício, vivia-se uma experiência diferente, inspirada em Medellín: os seminaristas estudavam, trabalhavam e atuavam nas favelas do bairro Belgrano, conhecido como tradicionalista. Os jovens aproximavam-se cada vez mais dos palotinos. Os freqüentadores da Igreja eram, ao mesmo tempo, operários e favelados, burgueses e militares. O padre Kelly condenava as desigualdades: "Nem as esmolas, para a Igreja, nem a beneficência esnobe, desculpam a injustiça social". A sentença dos padres e seminaristas estava sendo decretada. Em 1976, os ricos mandaram carta ao cardeal de Buenos Aires, Aramburu, pedindo a remoção do padre Kelly.

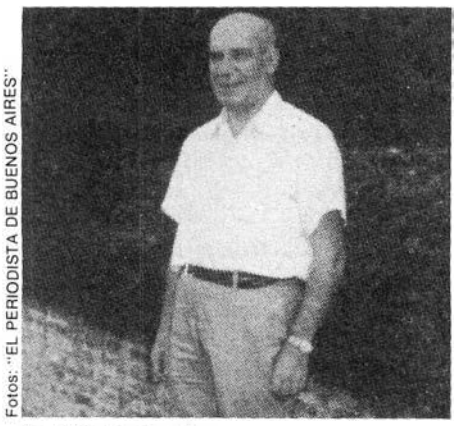
No dia 4 de julho, de madrugada, alguns jovens viram a chegada dos assassinos, policiais e militares, ocupantes de um Peugeot preto. Testemunharam, depois, diante das autoridades do governo e da Igreja. Uma cópia foi para o Vaticano, outra para o Ministério do Interior e outra para a polícia. O crime gerou revolta dentro e fora do país. As menores reclamações vieram do episcopado. O único seminarista que participava da comunidade e sobreviveu, Roberto Killmeate, passou a sofrer perseguições de bispos e militares, por ser considerado muito avançado. Sua ordenação, prevista para 1976, foi adiada: os bispos de Belgrano, Guilherme Leaden (irmão do padre Alfredo, um dos mortos) e de Mercedes, Luís Tomé, foram advertidos de que a ordenação de Killmeate geraria mais represálias contra os palotinos. Somente em 1978, com o apoio do cardeal argentino Eduardo Pironio, o jovem foi ordenado, assumindo depois a paróquia de São Patrício.

A solidariedade da Conferência Episcopal Argentina só veio em 1981, em nota assinada pelo cardeal Primatesta, dirigida aos palotinos, sem citar nominalmente os assassinados.

Já em 1973, um ex-oficial da Polícia Federal argentina, Rodolfo Peregrino Fernández, prestou testemunho diante da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra e disse que uma de suas tarefas era a de vigiar os padres chamados "terceiromundistas", havendo um arquivo com 300 nomes, seguidos de informações detalhadas. O declarante possuía a agenda telefônica de um dos padres palotinos, retirada dos arquivos do Ministério do Interior.

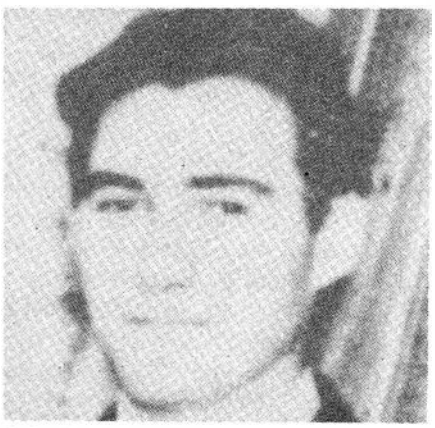
Sobreviventes da Escola de Mecânica da Armada (um dos principais campos de concentração da ditadura argentina) citaram um dos assassinos: o tenente Antônio Pernia (codinomes: "Trueno", "Duque" e "Martín") que

Fotos: "EL PERIODISTA DE BUENOS AIRES"



P. Alfredo Leaden

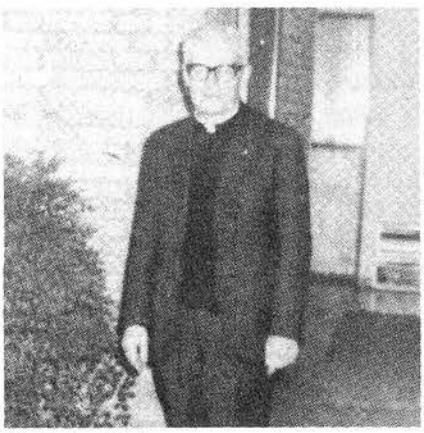
Emilio Barletti



Salvador Barbeito

se gabava, diante dos presos, de ter atuado no massacre. Um dos amigos dos religiosos escreveu, em 1984, na revista Encuentro: "O assassinato teve seus ideólogos, instigadores e executores. Muitos deles são conhecidos por todos: ocuparam os mais altos cargos no governo até 10 de dezembro de 1983. Mas o assassinato também teve seus cúmplices. E isto nos toca muito de perto. Porque não podemos negar que, dentro da própria Igreja, houve apelos em favor do silêncio e do esquecimento.. confundiu-se, tragicamente, medo com discrição, covardia com prudência."

O comentário, agora, em Buenos Aires, é de que há pressões, junto ao Vaticano, para retirar a excomunhão aplicada aos assassinos, conforme o Direito Canônico. Tudo indica que os nomes são bem conhecidos pela Cúria. Aconteça o que acontecer, o crime dos palotinos foi o mais horrendo, na história da Igreja na Argentina. **(Condensado de El Periodista de Buenos Aires, nº 32, abril de 1985).**



P. Pedro Dufau

P. Alfredo Kelly

STELLA MARIS: UM TESTEMUNHO DA TRAGÉDIA

Quinze mil mortos. Trinta mil desaparecidos, inclusive 400 crianças seqüestradas ou nascidas em campos de concentração, nove mil presos políticos, 340 centros de detenção clandestina, dois milhões de exilados. Não se trata de uma memória sobre as vítimas do nazifascismo, há quarenta anos. Trata-se de uma parte do trágico saldo de sete anos de ditadura militar na Argentina. Uma história de horror que apenas começa a ser desvelada.

Stella Maris Ponce, 33 anos, atriz e educadora popular, é uma das testemunhas dessa tragédia argentina. Nascida em Esquel, província de Chubut, na Patagônia, foi incluída pelos militares entre os "subversivos da mente" quando atuava, em 1967, na peça "Jogos na hora da sesta", de Roma Mahieu. Exilada na Rumânia e na Inglaterra, deu assessoria ao Parlamento Europeu e ao Conselho Britânico de Igrejas, entre outras entidades. Nesta entrevista, a visão de Stella sobre o processo sócio-político de seu país.

Foto: RICARDO GOMEZ PEREZ

Stella Maris: teatro "subversivo".

Entrevista a Dermi Azevedo

T e P - Qual o contexto do julgamento dos militares na Argentina?

Stella - O presidente Alfonsín fez uma reforma no Código Militar, introduzindo uma nova figura jurídica, a da obediência devida, pela qual os quadros-meios, executantes das ordens repressivas, não podem ser punidos, mas apenas os mandantes. Deu também a oportunidade para que os militares se auto-julgassem nos tribunais de justiça militar. Resultado: todos foram absolvidos, ao serem julgados pelos seus próprios pares. As famílias das vítimas da ditadura apelaram à justiça civil mas 80% dos juízes civis são oriundos da época ditatorial e foram confirmados pelo Congresso. Paralelamente, o governo está preparando uma anistia para todos os quadros médios e a sentença dos chefes poderá ocorrer em novembro próximo. Está sendo praticada uma estratégia de simetria, ou seja, enquanto os setores de direitos humanos pedem a libertação dos presos políticos restantes (um dos quais é Hilda Navas, isolada na prisão de Eseiza), ocorrem fatos como estes: o oficial Alfredo Astiz, responsável pelo assassinato das freiras francesas, da sueca Dagmar Hagelin e da primeira presidenta das Mães da Praça de Maio, Azucena Villaflor, foi absolvido "por ter cumprido ordens"; vários militares torturadores foram promovidos; o conhecido torturador Adolfo Dunda foi confirmado, por Alfonsín, como agregado naval adjunto na Embaixada da Argentina em Brasília, (era conhecido na ESMA - Escola de Mecânica da Armada, um dos maiores centros de tortura do país, como "Jerônimo" ou "Palito" e chefiou o setor de inteligência da Armada. Seu próprio irmão e cunhada foram seqüestrados em 1977) e outros algozes como Ribeiro e Seneldín, foram designados, como assessores, para Honduras e Panamá.

T e P - O que pode acontecer com isso?

Stella - Se ocorrer essa anistia para os quadros médios, tudo pode acontecer. O governo estará dando razão à te-

se da ditadura militar de que houve uma "guerra suja" entre a guerrilha e a repressão.

T e P - Quais os principais organismos de direitos humanos na Argentina?

Stella - Os principais são estes: 1. Mães da Praça de Maio, 2. Avós da Praça de Maio, 3. Comissão de Familiares de Presos e Desaparecidos, 4. Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos, 5. Liga Argentina pelos Direitos do Homem, 6. Centro de Estudos Legais e Sociais, 7. Serviço Paz e Justiça, fundado pelo Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, 7. Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos.

T e P - Que balanço geral você faz do governo Alfonsín?

Stella - Na situação em que a ditadura deixou o país, o reformismo é uma aspirina que acalma a dor. Faltam, contudo, mudanças profundas. Essas mudanças certamente não serão feitas somente pelo Partido Radical, no poder. Agora, porém, diante de novas ameaças de golpe, Alfonsín esboça uma tímida reforma financeira, mas a indústria da especulação continua intacta. O Partido Radical ainda não se abre suficientemente para os setores mais à esquerda, que agora procuram formar uma frente como uma parte do peronismo renovador e o Partido Intransigente, de Oscar Allende. No entanto, faltam as reformas que o povo quer, como a agrária, a financeira, o fim da especulação e a reativação dos setores produtivos.

T e P - Para a sua geração, o que significou a guerra das Malvinas e o seu resultado?

Stella - No plano interno, esse foi o segundo grande genocídio que acabou com toda uma geração de jovens. O primeiro foi o gerado pela própria ditadura. A guerra afetou, física ou psiquicamente, a todos os argentinos. Lembro que um dos soldados sobreviventes do afundamento, pelos ingleses, do navio Belgrano recebeu tão pouco dinheiro de indenização que não podia voltar ao norte do país para reencontrar a mãe. Chamava-se Juan de Diós e nunca tinha visto a neve. Suicidou-se. Temos a convicção de que as Malvinas são argentinas. Mas os desaparecidos também são. As Ilhas simbolizam a nossa luta permanente contra o imperialismo. Com a democratização, começa a ressurgir o ânimo nacional, sobretudo no interior. Buenos Aires sofre os efeitos da colonização cultural européia, com um grande individualismo na classe média.

Alfonsín: "aspirina que acalma a dor".

T e P - Como atuaram as Igrejas Cristãs argentinas durante a ditadura?

Stella - A grande maioria da hierarquia católica ficou ao lado dos militares. Mas houve bispos como Carlos Ponce de León, de San Nicolás de los Arroyos e Enrique Angelelli, de La Rioja, que foram assassinados, em circunstâncias misteriosas, pela repressão. Outros, como Novak, de Quilmes; Hesayne, de Viedma e De Nevares, de Neuquén, permaneceram fiéis ao povo e aos direitos humanos. Houve muitos padres (como Carlos Mugica), religiosos (como os padres e seminaristas palotinos) e leigos que foram seqüestrados e mortos. Nas Igrejas Evangélicas, registrou-se, de modo geral, uma posição crítica e independente diante da ditadura.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia - (Rubem Alves) - Cr$ 6.000
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves) - Cr$ 6.000
Poetas do Araguaia - Cr$ 6.000
Batismo Eucaristia Ministério - Cr$ 4.000
Varal de Lembranças - (História da Rocinha) - Cr$ 14.000
Discussão Sobre a Igreja - (Zwinglio M. Dias) - Cr$ 4.000
Salvação Hoje - (Mortimer Arias) - Cr$ 4.000
Liberdade e Fé - (Rubem Alves, Jurgen Moltmann, Júlio de Santa Ana, Hubert Lepaugneur, Gilberto Gorgulho) - Cr$ 4.000
Profeta da Unidade - (Júlio Andrade Ferreira) - Cr$ 4.000
Celebração da Vida - (John Poulton - Trad. Rubem A.) - Cr$ 4.000
Missão e Evangelização - supl. 28 - Cr$ 3.000
Missão e Evangelização: Uma Afirmação Ecumênica - (CMI) - Cr$ 3.000
Imagens da Vida - (espanhol) - Cr$ 3.000
Protestantismo e Política - suplemento 29 -Cr$ 3.000
Ideologia e Fé - (Andréd Dumas) - Cr$ 3.000
Estudos Bíblicos de um Lavrador - Cr$ 3.000
Chamados A Dar Testemunho Hoje - Cr$ 3.000
Jesus Cristo a Vida do Mundo - Cr$ 3.000
Missa da Terra sem Males - Cr$ 20.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênio de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

Tempo de Constituinte

Para ser autêntica e soberana, a Assembléia Nacional Constituinte deverá ter um maior número de deputados escolhidos pela maioria da população, ou seja, pelos trabalhadores. É o que afirma o advogado Mário Simas, veterano militante pelos direitos humanos e defensor dos presos políticos na ditadura militar de 1964. Neste sentido, ele sugere amplos debates, em todos os níveis, sobretudo nos setores populares, na tentativa de reduzir a hegemonia das classes dominantes nesta Constituinte, mais um momento importante da luta dos brasileiros por uma pátria justa e independente.

Mário Simas

O povo brasileiro vive grave crise, resultante de uma política concebida pelos grandes interesses econômicos multinacionais e implantada, há mais de duas décadas, em nosso País.

O quadro atual de nossa Sociedade é de notória e completa inversão e subversão de valores, desencadeando afrontosas e inadmissíveis situações para a nossa gente, bastando citar, como amostragem, o fato de vivermos em um enorme e fértil território (oito milhões e meio de quilômetros quadrados) e boa parte de nossas crianças morre de fome.

Apregoa-se que, para por fim à reinante crise, o remédio está em uma nova Constituição, condizente com a nossa realidade no sentido mais amplo, a nascer, em 1986, de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Convém, pois, que saibamos todos nós o que é uma Constituição, assim como o que vem a ser uma Assembléia Nacional Constituinte, porque, se o não soubermos, estaremos apenas fazendo um jogo de palavras e o nosso sofrido povo, mais uma vez, estará sendo manipulado, para que os mais sórdidos e mesquinhos interesses sejam preservados.

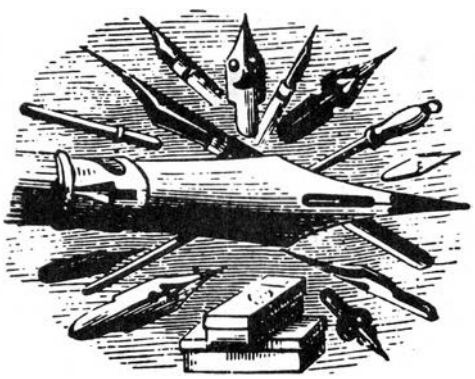
Lei Maior

A Constituição é a Lei Maior de um país. É o Código Político do Estado. É o ordenamento jurídico básico de um povo. Todas as outras leis, indistintamente, para terem valor, têm que estar de acordo com os princípios estabelecidos pela Constituição.

A Constituição, para ser autêntica e legítima, face à experiência que iremos viver, tem que ser fruto de uma Assembléia Nacional Constituinte, que, por sua vez, para ser soberana, deve ser constituída de representantes de todas as classes sociais, ou segmentos de nossa sociedade.

A Lei Maior, hoje em vigor, não é uma Constituição, mas, sim, uma Carta Constituicional, porque não resultou de uma Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte é soberana, representa o povo e encarna o Poder Constituinte. Difere, portanto, profundamente, das casas que compõem o Congresso Nacional, isto é, o Senado e a Câmara dos Deputados, porque o Congresso Nacional é poder constituído, assim como o são o Judiciário e o Executivo.



O Poder Constituinte se manifesta pela eleição popular ou pela revolução, e, como tal, não está subordinado a qualquer outro poder, ou norma, porque é a fonte de todo o poder.

Preconiza-se, para o nosso Brasil, a instalação, em 1986, da Assembléia Nacional Constituinte, através da qual o Poder Constituinte se manifestará em toda sua plenitude, isto é, sem qualquer limitação. Será, na prática, o consubstanciar do fundamento democrático do poder: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Privilégios

Fácil será perceber, se, criticamente, passarmos os olhos pelas nossas Constituições, que as mesmas sempre serviram exclusivamente para garantir os privilégios das classes dominantes, porque foram elas sempre que as redigiram.

Estamos a viver, segundo alguns, a fase pré-constituinte, daí porque a hora é de ricos e profundos debates a respeito da realidade nacional, nos seus múltiplos aspectos. Debates, a partir dos quais, hão de surgir propostas, evidentemente de fundo político-ideológico, para dar solução aos grandes problemas que afligem o nosso país.

Por outro lado, sendo o Poder Constituinte a vontade nacional e sendo a Assembléia Nacional Constituinte, em verdade, a forma como soberanamente se manifesta aquela vontade, claro está que, para ser autêntica, soberana e legítima, a Assembléia Nacional Constituinte deverá contar com um maior número de deputados saído da classe social que conta com o maior número de pessoas, vale dizer, a classe trabalhadora. Fora daí tudo não passará de um jogo de palavras e, por óbvio, não será a nova Constituição que dará fim à crise que se abateu sobre a nossa gente.

Um balanço da greve no ABC

"O ânimo dos trabalhadores do ABCD continua elevado, apesar das demissões e de outras formas de repressão utilizadas contra nossa greve", afirma Paulo Okamoto, membro da diretoria cassada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, de 1982 a 1984. Em depoimento a Nilde Ferreira Balcão, do Programa Movimento Operário e Igrejas no ABC, do CEDI, Okamoto faz um balanço da greve metalúrgica de 1985:

Não podemos dizer simplesmente que a imprensa tenha jogado pesado contra esta greve de 1985. Seria fazer uma avaliação parcial. Nossa greve encontrou o país numa conjuntura diferente: aliás, ela começou antes da doença do Tancredo e grande parte da imprensa não falou nada sobre o movimento, cobrindo somente a doença e a morte dele. A doença desviou algumas críticas que a gente pensava que teria.

A partir da posse do Sarney, a grande imprensa começou a descer o pau (sobretudo O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde e um pouco a Folha). O país vivia uma grande expectativa: os trabalhadores esperavam mudanças e que as coisas melhorassem. A classe dominante - que assumiu o poder de fato - espera algumas reformulações a nível mais geral e, sobretudo, a manutenção do controle sobre a classe trabalhadora.

A própria substituição de uma ditadura militar por um governo burguês tem este objetivo. Ocorre, porém, ao mesmo tempo, grande pressão das chamadas oposições que assumiram o poder, tentando dar uma resposta ao chamado caos social. Vem logo a proposta do pacto social, pacto político. Mesmo gente de esquerda, aparentemente comprometida com os trabalhadores, começa a falar muita bobagem sobre a nossa greve. Mas a opinião pública não reage de uma maneira tão desfavorável ao nosso movimento, como pensávamos. Falta, porém, a vontade política de ajudar aos grevistas. A classe média, os trabalhadores mais isolados da luta, não mostram muita solidariedade, mas também não reprovam totalmente nossa greve.

Posição da Igreja

Na greve de 1980, tivemos muita solidariedade da Igreja, dos movimentos popular e sindical, dos estudantes, artistas e políticos. Nossa greve representava a luta de todo um povo. Hoje não existe isso. O movimento popular, o estudantil e a Igreja sofrem uma série de reveses em termos gerais. A Igreja sofre com a pauleira em cima da Teologia da Libertação, a ofensiva do Papa já com vistas ao próximo Sínodo de Roma, um puxão de orelhas nos setores mais progressistas. O movimento estudantil não existe mais e o movimento popular está voltado para suas próprias lutas. Está sendo, também, levado, em grande parte, pelo pessoal que está hoje no governo. De qualquer modo, é evidente que as forças que compunham, em 1980, nossas bases de sustentação, mudaram. Mas, apesar disso, não sou pessimista.

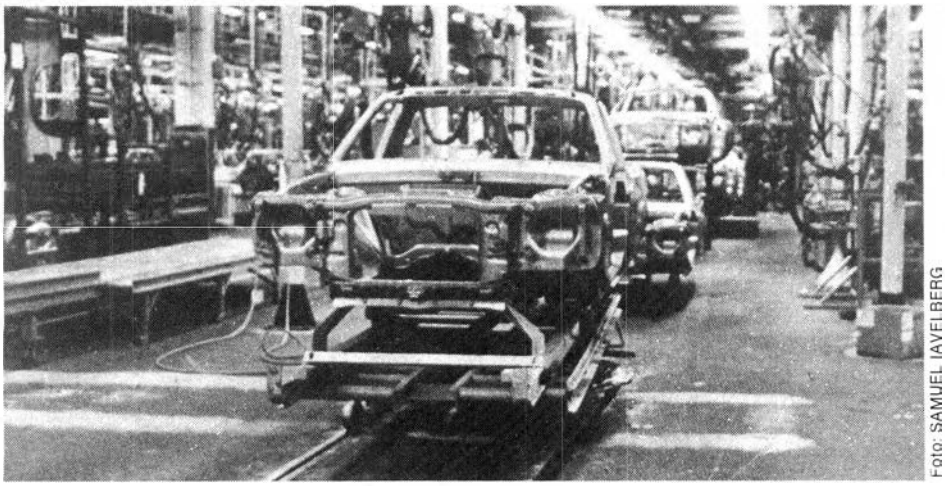


Foto: SAMUEL IAVELBERG

"Vaca brava"

Quando começamos a campanha salarial, tínhamos algumas preocupações: que todos os trabalhadores participassem da greve e que toda a categoria parasse, se não houvesse acordo. A idéia foi a de usar uma tática que impossibilitasse as grandes empresas de funcionar ou de tirar seu produto final. Sem a caixa de câmbio, não dá para montar o carro. Sem as rodas, não dá para montar o carro. Nossa meta era a de desgastar as grandes multinacionais e as grandes empresas nacionais, com muito capital de giro. A gente achava também que não haveria intervenção, nem a mesma repressão de outros tempos. Todos estes fatores foram levados em consideração. O resultado é que, neste sentido, a greve foi 100% vitoriosa. Foi a "vaca brava".

Repressão

A repressão de 1985 é diferente da de 1980. Num país onde há uma certa democracia, o patrão tem que pagar o ônus da repressão. E o Estado fica em sua função de Estado, dentro do sistema capitalista: com autoridade política para acomodar as coisas, dentro de uma visão de luta de classes. Tem que ficar acima das classes ou dar uma ilusão neste sentido. A repressão de 1985 usou vários instrumentos da ditadura militar (Lei de Greve, dispensa por justa causa), além de pressões econômicas (deixar trabalhadores sem pagamento) e os tribunais e parâmetros da Velha República, ao julgar a nossa greve ilegal.

Mas algo mudou: os trabalhadores tem, hoje, o patrão como o grande inimigo e tem, no segundo plano, o governo, como adversário. Antes era o contrário: o governo era o grande inimigo e, em segundo lugar, o patrão. As

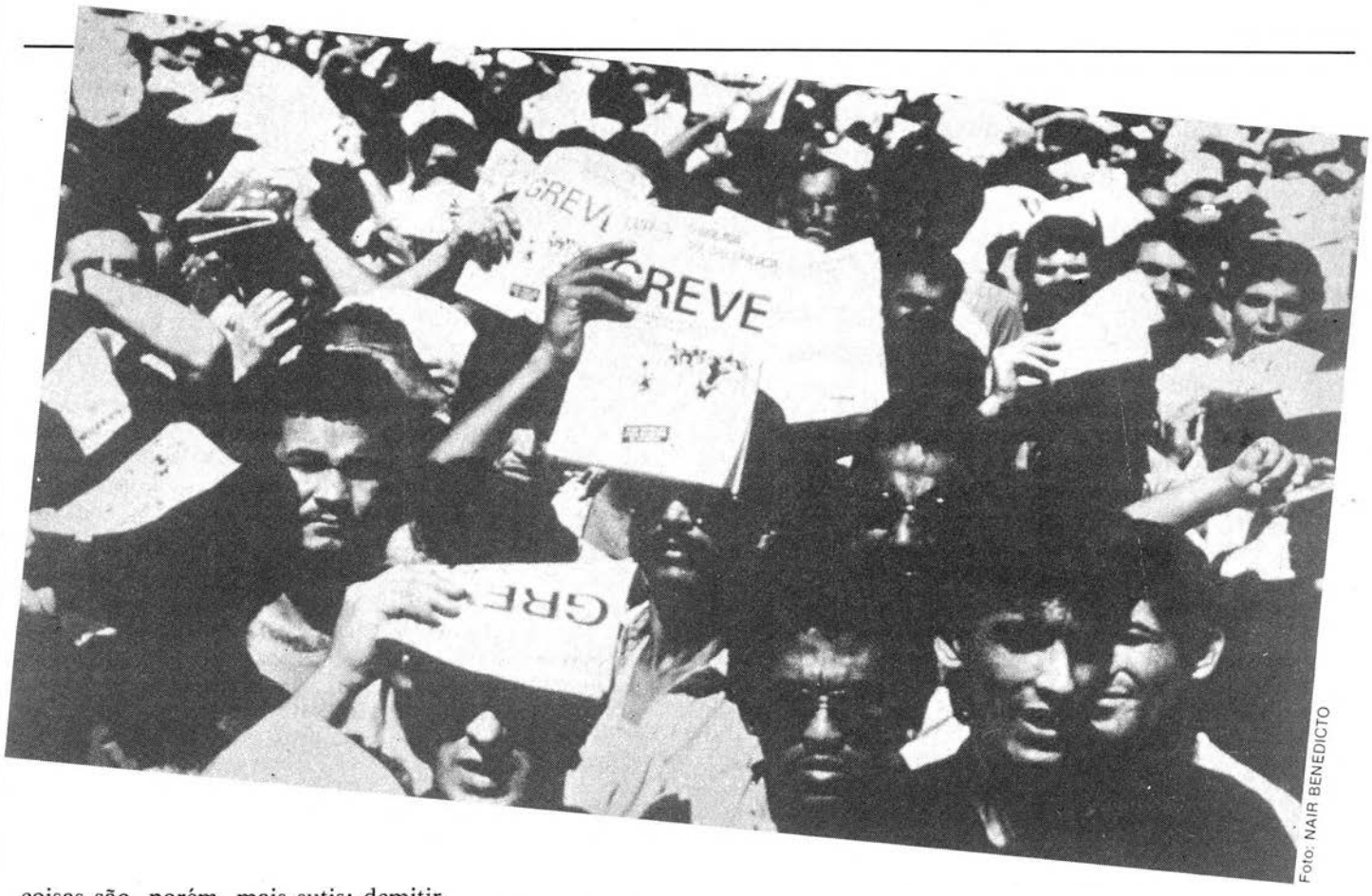


Foto: NAIR BENEDICTO

coisas são, porém, mais sutis: demitir cem trabalhadores por dia é algo que se reflete no comportamento dos operários. Apesar de todos os esclarecimentos do Sindicato, o trabalhador - que vive do salário - tem muito claro o que significa a demissão.

Em qualquer parte do mundo, este tipo de repressão (e aqui sobretudo, onde o salário desemprego não funciona) é algo forte para desestabilizar os trabalhadores. Mesmo assim, temos clareza de que a luta vai continuar: conseguimos cerca de setenta acordos, prevendo trimestralidade, uma jornada de trabalho de quarenta, 44 horas. Vamos ter que descobrir novas formas de luta e de organização para neutralizar a questão das demissões. Vamos conseguir descobrir isto. A criatividade dos trabalhadores vai levar a isto. No mundo todo, há o mesmo tipo de repressão e os trabalhadores fazem greve. O sistema capitalista - se não quiser promover a luta de classes - vai ter que abrir um canal. Mais cedo ou mais tarde, vamos descobrir uma forma mais poderosa e mais eficaz para pressionar os patrões. Esta greve nos ensinou muito.

Reivindicações

Lutamos por uns 60 itens, mas os fundamentais são estes: 1. redução da jornada de trabalho para 40 horas. Nas indústrias metalúrgicas, trabalhamos 48 horas há décadas. Nesse período, várias novas tecnologias foram introduzidas nas empresas. Se elas não forem repassadas em benefícios para os trabalhadores, vão acumular, cada vez mais, os lucros dos patrões e vão jogar mais operários na rua. Noutros países, há fábricas com o mesmo número de operários que as nossas que produzem o dobro do que se produz aqui.

A redução é fundamental aumentar o número de empregos e permitir que o trabalhador fique mais tempo em casa e participe da vida política e social; para que participe mais da cidadania. O princípio das 48 horas já está quebrado em quase todas as empresas. Por outra parte, não há política econômica capaz de criar tantos empregos, no espaço de tempo necessário. A única forma é ou uma Reforma Agrária muito profunda ou a redução da jornada de trabalho;

2. A manutenção da trimestralidade. Numa inflação de 230 ou 240%, não mantê-la significa aceitar um arrocho salarial muito grande, maior que os anteriores. Quanto a estabilidade, é algo difícil para conseguir para um prazo maior. Já a comissão de fábrica, não sairá a nível da Fiesp, mas empresa por empresa.

Vidigal e CEBs

Com a acusação a D. Paulo Evaristo Arns, à Igreja e às CEBs (de que são responsáveis pela continuidade de nossa greve), o presidente da Fiesp, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, está querendo duas coisas: 1. Ou quer confundir a opinião pública, o que não é fácil, porque a opinião pública sabe que não é verdade o que ele diz; 2. Ou quer jogar mais na política de fechamento do setor progressista da Igreja, querendo aproveitar o fato de que a Igreja progressista está sofrendo hoje uma pressão maior do Papa, do Vaticano. Como Vidigal é um cara bem informado, sabe porque os trabalhadores entraram em greve, quanto os patrões pagam aos operários, qual é o nosso salário real. Por isso, ele não diz nada gratuitamente.

CONFISSÃO DE FÉ

Lee Oo Chung

Texto: Marcos 14:3-9 (Mt. 26:6-13)
Ref.: João 12:1-8, Lucas 7:36-50

Todos conhecemos bem a confissão de fé de Pedro a Jesus, que, em Mateus 16:16, diz: "Tu és o Messias, o filho do Deus vivo". É interessante que quase não se dê atenção a uma confissão quase idêntica, feita por Marta da Betânia, em João 11:27, em que ela diz: "Acredito que tu és o Messias, o filho de Deus, que havia de vir ao mundo". Não posso deixar de me perguntar se isso acontece por que Marta é mulher.

Da mesma forma, a história que vamos estudar hoje não tem atraído tanta atenção, entre as narrativas da Paixão, como as que giram em torno de um dos famosos discípulos homens. Esta história é conhecida apenas como a história de uma mulher pecadora, que demonstra sua gratidão a Jesus por lhe haver perdoado os pecados. Ela lhe oferece a coisa mais preciosa que possui - um jarro de raro perfume, que derrama sobre ele. Essa interpretação é baseada em Lucas 7:37, na qual a mulher é descrita como pecadora. No entanto, quando estudamos os quatro Evangelhos com atenção, descobrimos que em cada um deles há a história de uma mulher que unge Jesus com um perfume precioso, notando-se apenas pequenas diferenças de contexto e detalhes. Mateus e Marcos narram exatamente a mesma história, enquanto Lucas e João diferem ligeiramente. Alguns estudiosos dizem que deve ser a mesma tradição, transmitida de diversas maneiras, ao passo que alguns outros acham que deve haver duas ou mais tradições diferentes.

Se examinarmos as histórias atentamente, descobriremos que o incidente se passa em locais diferentes, com personagens diferentes, em épocas diversas do ministério de Jesus e que a interpretação é também diferente.

Em primeiro lugar, examinemos as personagens. Em Mateus e Marcos, vemos que a mulher não é nomeada, mas simplesmente chamada de "uma mulher". Em João, a história se passa na casa de Lázaro, e é sua irmã, Maria, que unge Jesus com o perfume precioso. Em Lucas, somos informados de que se trata de "uma mulher pecadora, que vivia na cidade." (Lucas 7.37). Alguns estudiosos sugerem que a razão pela qual Mateus e Marcos não a nomeiam é que ela ainda vivia quando escreveram, e eles não desejavam embaraçá-la ou expô-la a riscos.

Com relação ao lugar, em Mateus e Marcos é Betânia, na casa de Simão, que sofrera de lepra, e deu uma festa em homenagem a Jesus. Em João, é também em Betânia, mas na casa de Lázaro e suas irmãs, Marta e Maria. Os que insistem numa única tradição sugerem que Simão deve ser o pai de Lázaro ou o marido de Marta ou de Maria, ou então o próprio Lázaro. De qualquer modo, sua "terrível doença de pele" já deve ter sido curada. De acordo com a lei judaica da purificação, nenhuma pessoa que sofresse de lepra podia receber convidados em sua casa. Em Lucas, o cenário é a casa de "um dos fariseus".

Quanto à época, em Mateus e Marcos, a história se passa dois dias antes da Páscoa dos judeus, e em João, seis dias antes da Páscoa, antes da crucificação de Jesus. Em Lucas, porém, passa-se logo no começo do ministério de Jesus.

Outra discrepância é que em Marcos e Mateus, a mulher derrama o perfume na cabeça de Jesus, enquanto em Lucas e João o perfume é derramado nos pés de Jesus. Assim, podemos supor que pelo menos o fato narrado por Marcos e Mateus é diferente do que contam Lucas e João.

Quando focalizamos a história de Marcos (e Mateus), descobrimos que o jarro é feito de alabastro, uma pedra muito preciosa. Quando o jarro é quebrado, não pode ser usado novamente.

Além disso, o perfume é o "nardo", que nos dizem custar 300 denários (Marcos 14:5). Não admira que os discípulos se aborrecessem com tal desperdício, quando o jarro foi quebrado e todo o conteúdo derramado sobre a cabeça de Jesus. Naquela época, um denário era o salário de um dia de 12 horas de trabalho (Mt. 20:2). O perfume valia, pois, o correspondente a dez meses de trabalho de 12 horas por dia, numa época em que havia muita gente pobre.

Jesus, porém, disse: "Deixai-a em paz. Por que a molestais? Ela fez uma boa coisa por mim... Derramou perfume no meu corpo, para prepará-lo com antecedência para a sepultura. Em verdade vos digo que onde quer que o evangelho seja pregado, no mundo todo, o que ela fez será contado em sua memória". (Marcos 14:6-9). No entanto, não o temos contado com muita fidelidade, nem temos prestado muita atenção à história. Talvez seja porque não podemos compreender exatamente o que significava para Jesus que a mulher preparasse o corpo de Jesus para a sepultura, nem porque isso agradasse tanto a ele.

Por que é que as mulheres já compreendiam as palavras de Jesus sobre o seu sofrimento e o seu destino, enquanto os discípulos não conseguiam entender sua paixão e morte?

Parece-me que Jesus desejava ardentemente que os discípulos entendessem sua morte. Geralmente dizemos: "Jesus morreu na cruz", mas parece que não enfatizamos o fato de que ele **"foi morto".** Dizer apenas "Jesus morreu na cruz" parece destacar a sua disposição de morrer e diminuir a agonia e a tensão de sua paixão. Ele tentou três vezes mostrar aos discípulos que estava para morrer. A primeira vez está em Marcos 8:31. "Então Jesus começou a ensinar a seus discípulos: 'O Filho do Homem deve sofrer muito e ser rejeitado pelos anciãos, os príncipes dos sacerdotes e os doutores da lei. Será morto...' ". Jesus deixou isso muito claro para os discípulos. Em seguida, lemos: "E Pedro tomou-o à parte e começou a repreendê-lo. Mas Jesus, virando-se, olhou para seus discípulos e repreendeu Pedro, dizendo: 'Retira-te de diante de mim, Satanás!'(Em Mateus, ele diz: 'Tu és um obstáculo no meu caminho.'). 'Teus pensamentos não vêm de Deus, mas dos homens.' (Mar. 8:32-

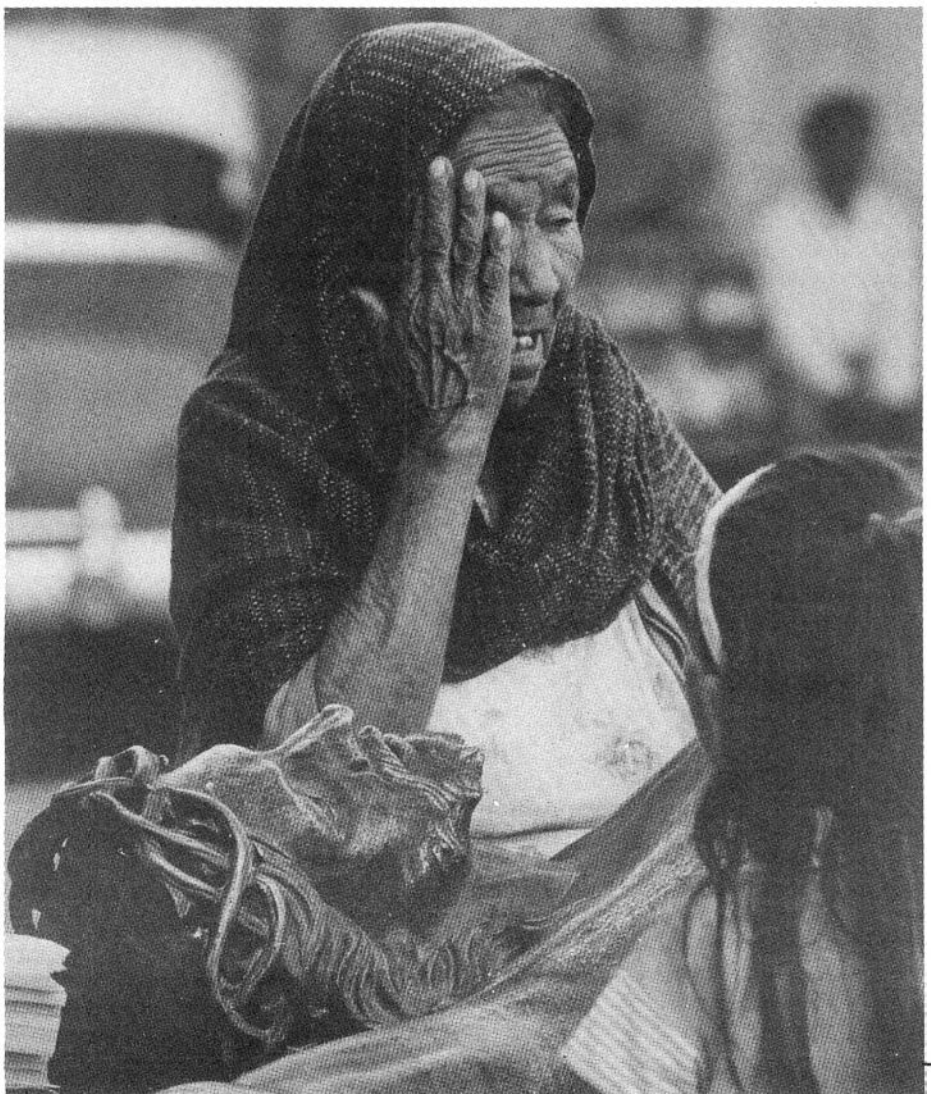
DE UMA MULHER

33). Aqui podemos ver que os discípulos não compreenderam, de forma alguma, o significado da morte de Jesus.

A segunda vez que Jesus tentou falar-lhes a respeito de sua morte futura foi em Marcos 9:32. Dessa vez, ainda, a resposta dos discípulos foi marcada pela incompreensão. Diz a Bíblia: "Mas eles não compreenderam o que significava esse ensinamento e tiveram medo de perguntar-lhe." (Mar. 9:32). Lucas diz: "Mas eles não entendiam esta palavra, que lhes era encoberta para que não a compreendessem e **temiam interrogá-lo.**" (Lucas 9:45). Também aqui, estamos conscientes da sensação de tensão de Jesus, que deve ter aparecido de certo modo em seu rosto ou em sua atitude e que fez os discípulos recearem interrogá-lo a respeito do significado.

A terceira vez, lemos em Marcos 10:32-33: "Jesus e seus discípulos estavam agora na estrada que conduzia a Jerusalém. Jesus ia à frente dos discípulos, que estavam alarmados; as pessoas que seguiam atrás iam cheias de medo. Uma vez mais, Jesus chamou os doze apóstolos à parte e lhes falou das coisas que iam acontecer-lhe. "Eis que estamos subindo para Jerusalém", disse ele, "onde o Filho do Homem será entregue aos príncipes dos sacerdotes e aos doutores da lei. Eles o condenarão à morte..." Aqui, de novo, podemos ver o pânico dos discípulos e o medo do povo. Podemos ver como Jesus estava cheio de ansiedade e medo, e não conseguia enfrentar calmamente a tragédia que o esperava.

Portanto, vemos inúmeras vezes como Jesus queria fazer os discípulos entenderem o significado de sua morte. Mas os discípulos não queriam compreendê-lo. Vemos, por exemplo, os filhos de Zebedeu, Tiago e João, vindo a Jesus e perguntando-lhe: "Quando te sentares no trono, no reino da glória, queremos que nos deixes sentar contigo, à tua direita e o outro à tua esquerda." (Mar. 10:37). Ainda, se examinarmos Marcos 9:33-37, descobriremos que, na estrada, os discípulos tinham estado discutindo entre si qual deles era o maior.



Portanto, vê-se uma vez mais que os discípulos não conseguiam entender o que Jesus estava tentando ensinar-lhes. Sua preocupação toda girava em torno de sua própria glória, posição e poder - exatamente o contrário da intenção de Jesus. Assim, apesar de ter falhado em três tentativas para ensinar-lhes, Jesus tentou de novo em Getsemani. Lemos em Marcos 14:34: "Disse-lhes ele: 'A dor em meu coração é tão grande que quase me esmaga. Ficai comigo e vigiai'." Mas os discípulos adormeceram. Não tiveram capacidade para compreender e certamente não tinham a menor disposição para entrar em sofrimento.

Poderíamos perguntar por que é que Jesus sofreu tão intensamente. Afinal, ele era o Filho de Deus e conhecemos muitas histórias de santos e heróis, seres humanos comuns que morreram com grande calma e serenidade. Creio que a diferença é que esses santos e heróis suportaram apenas os seus próprios sofrimentos. Jesus teve de tomar para si mesmo a dor e o sofrimento de todo o seu próximo e até mesmo de toda a humanidade.

Na Coréia, muitas mulheres têm tido filhos e maridos levados pela polícia e torturados. Alguns tiveram braços ou pernas quebradas e muitos sofreram lesões internas. Quando as mulheres ouvem esses fatos, seu coração se parte de dor e quando pensam em seus entes queridos passando o inverno em celas de prisão, onde a temperatura é de 17 ou 18 graus negativos, onde muitos sofrem de congelamento, elas não conseguem dormir em seus quartos aquecidos. E quando sabem que seus entes queridos estão desnutridos e sofrem de várias moléstias devido à má alimentação, chegando quase a morrer, as mulheres descobrem que a boa comida quase as sufoca. Se partilhar os sofrimentos, mesmo de uma única pessoa, é

assim tão fácil, muito mais penoso deve ser partilhar o sofrimento de toda a humanidade. Quer seja esse sofrimento causado pelo sistema social ou por uma infelicidade pessoal, suportá-lo é terrivelmente difícil e causa muita dor.

Por mais difícil que fosse, porém, Jesus decidiu que esse era o único meio pelo qual a humanidade poderia ser salva e tomou sobre si mesmo todo o sofrimento e dor. Mas como esse significado estava oculto para os discípulos, como mostra Lucas 9:45, eles não conseguiram entender e por isso Jesus disse: "Ouvi, então, se tiverdes ouvidos" (Mc. 4:9). Não só não conseguiram entender, como não prestaram atenção, quando Jesus tentou ensiná-los. O que eles desejavam era simplesmente glória, posição elevada e honrarias. Queriam dominar o mundo. Não tinham capacidade para sentir a dor dos pobres e dos sofredores. Não viam a violência e o mal dos opressores, nem conseguiam reconhecer o sofrimento dos oprimidos.

Gostaria de lhes contar a história do lindo sino que existe no Museu Nacional de Kiunguiu, capital do antigo reino de Sila. Na época de Sila, o país estava em paz, mas o devoto rei budista queria proteger a nação de invasões estrangeiras. O rei foi aconselhado a construir um enorme sino para o templo, a fim de demonstrar a devoção do povo a Buda.

Um especialista na tecnologia da fabricação de sinos, que era também budista devoto, recebeu a incumbência de fabricá-lo. Foi extremamente cuidadoso e empregou todos os métodos adequados para fundir o sino, mas fracassou todas as vezes que tentou obter um sino que produzisse um som bonito quando batesse. Finalmente, levou seus problemas a um conselho de líderes religiosos que ficaram muito preocupados com essa questão de segurança nacional.

Após uma longa discussão, o conselho concluiu que o melhor meio de dar um bonito som ao sino era sacrificar uma jovem donzela. Os soldados saíram à procura de uma moça pura, que seria sacrificada por essa causa justa. Encontraram uma pobre mãe, numa aldeia do interior, com sua filha pequena. Levaram a criança, enquanto esta gritava desesperadamente: "Emille, Emille!", que significa "Mãe! Oh, mãe!".

Quando preparam o enorme recipiente de chumbo e ferro fundido para fazer o sino, a menina foi atirada dentro dele. Finalmente o fabricante do sino teve êxito. O sino, chamado de Sino Emille, quando batido com o gongo, produzia um som tão bonito que nenhum outro sino podia igualá-lo.

Quando as pessoas ouviam o belo som do sino, algumas elogiavam e agradeciam a tecnologia e a arte que conseguira fazer um sino com um som tão bonito. Mas quando a mãe, cuja filha fora sacrificada para que se obtivesse aquele belo som, ouvia o sino, seu coração se partia e seus vizinhos, que também sabiam do sacrifício e da dor daquela mãe não podiam ouvir o sino sem sofrimento. Só os que compreendem o sacrifício podem sentir a dor. Os outros simplesmente apreciam o som.

Sabemos que a salvação da humanidade não veio através dos que estão confortáveis e despreocupados, mas somente através daquele que partilhou do sofrimento de toda a humanidade.

Voltemos ao texto e à história da mulher, e às outras mulheres que viveram no tempo de Jesus. Aquela mulheres eram discriminadas e oprimidas, especialmente pelas tradições e a cultura de sua sociedade. Jesus sabia disso, compreendia e sentia o seu sofrimento. As mulheres devem ter amado muito a Jesus, porque ele se relacionava com elas no mesmo pé de igualdade. Por isso a mulher da nossa história pôde compreender a dor de Jesus, que estava prestes a tomar para si próprio toda a dor dos sofredores. Jesus e as mulheres sabiam que somente onde partilhassem a dor, o medo, a opressão e a discriminação haveria salvação e ressurreição. É por isso que aquela mulher derramou o perfume precioso do nardo sobre a cabeça de Jesus. Talvez as mulheres sejam abençoadas com a capacidade de apreender a realidade do sofrimento, porque partilham e sofrem mais as penas da história.

Derramar óleo na cabeça de alguém, segundo o Velho Testamento, era anunciar que ele era rei ou Messias. Assim, o gesto da mulher era uma confissão de fé: "Tu és o Messias, o Filho do Deus Vivo." Aqui vemos como os discípulos homens estavam presos ao conceito e à imagem tradicional do Messias - uma imagem de poder, glória e vitória; a imagem de alguém que dominaria e julgaria o mundo. Eles não conseguiam livrar-se daquele dogma e ouvir o que Jesus estava tentando ensinar-lhes a respeito de sua qualidade de Messias. Mas essa mulher anônima compreendeu exatamente o que o Messias da humanidade deveria significar. Isso agradou tanto a Jesus que ele a elogiou, dizendo: "Onde quer que o Evangelho seja pregado, em todo o mundo, o que ela fez será contado em sua memória..."

Lee Oo Chung é professora do Seminário Teológico de Hankwok na Coréia do Sul e vice-moderadora da Comissão de Missão Mundial e Evangelismo do Conselho Mundial de Igrejas.
Tradução de Maria Celina Hahn.

Caminhos de Libertação Latino-Americana

Caminhos de Libertação Latino-Americana reúne conferências e textos de um dos mais importantes historiadores e ao mesmo tempo teólogo e filósofo da América Latina, o prof. Enrique Dussel, militante cristão leigo nascido na Argentina e trabalhando na Universidade do México. Dussel foi o primeiro a propor, na sua tese de doutorado na Alemanha, em 1966, as hipóteses para uma história da Igreja na América Latina. Desde 1973 é o presidente da Comissão de Estudos de História da Igreja na A.L. (CEHILA), que vem preparando uma história geral do continente em 11 volumes. Sete já estão publicados, dois dos quais no Brasil.

Nas três primeiras conferências, aqui transcritas, são retraçadas as relações entre Teologia e História; as grandes etapas da História da Igreja e os momentos chaves da cristandade colonial latino-americana. Na segunda parte, são percorridos os acontecimentos contemporâneos que marcaram a Igreja no continente:

- O período do Concílio Vaticano II a Sucre (1962-1972) em que a Igreja latino-americana encontra seu caminho próprio, com a opção em Medellin, pelos oprimidos e pela sua libertação, seguidos da reação em Sucre tentando frear este novo rumo.

- O período de Sucre e Puebla onde o povo aprofunda a busca de libertação e os bispos reafirmam a opção pelos pobres.

- A revolução sandinista onde o sangue cristão foi semente de esperança e de libertação.

Este segundo tomo de "Caminhos da Libertação Latino-Americana" reune doze artigos de Enrique Dussel, escritos entre 1963-1980. O fio que os une é a temática da história cristã na América Latina. Eles permitem acompanhar o deslocamento do debate teológico e historiográfico da temática dos "valores", para os temas concretos da vida quotidiana, ligados ao trabalho, ao que é produzido, no pão que falta na mesa das maiorias empobrecidas. Os textos de Dussel mostram que a mensagem cristã e a vida da Igreja passam pelo coração dessas realidades.

Os capítulos 2, 3 e 4 abordam as questões metodológicas e filosóficas relativas à História da Igreja na América Latina. Os três seguintes, 5, 6 e 7 ocupam-se da figura profética de Las Casas, da tradição que suscitou no passado e da crítica ao imperialismo europeu, implícita na sua defesa do índio, de sua vida e de sua liberdade.

Nomeações dos bispos no primeiro século da Igreja Latino-Americana, sob a égide do Padroado régio é o tema seguinte que se enlaça com o estudo das relações entre a Igreja e o Estado de 1492 a hoje.

O último artigo é uma investigação erudita sobre a crise que a irrupção das ciências modernas trouxe não para a mensagem cristã, mas certamente para uma interpretação fixista e a- histórica do cristianismo.

Neste terceiro volume da série, "Caminhos de Libertação", Enrique Dussel tenta relacionar "ética", a palavra sobre o agir humano, com "teologia", a palavra do homem sobre Deus e sobre sua própria significação como criatura. O homem porém não é apresentado abstratamente, mas sim como coletivamente dependente, expropriado, pobre, com sua vida tecida pelas forças econômicas e políticas, mas também pelo mistério de Deus, feito pobre em Jesus Cristo e pelo mistério da comunidade eclesial. Os dois últimos textos investigam o estatuto desta nova teologia que nasce na América Latina, nos seus fundamentos epistemológicos e na sua diferença em relação à teologia clássica e mesmo às novas teologias européias do político e da esperança.

Inserido no centro de duas temáticas, está um estudo sobre a alienação e a libertação da mulher na Igreja, tema, entre todos, atual e que João XXIII colocava entre os grandes sinais de nosso tempo, ao lado da emergência dos novos povos da África, Ásia, América Latina e da questão do trabalho. Dussel não deixa de abordar a figura e o papel de Maria, como mulher e como símbolo da libertação latino-americana na Virgem de Guadalupe que aparece ao índio Diego e inspira mais tarde as lutas pela independência do México. As Paulinas prestam grande serviços colocando ao alcance dos brasileiros este vigoroso pensamento latino-americano.

(José Oscar Beozzo)

CADERNOS DO CEDI

7 - Um Pé de Cana Não É Nada, Juntando É Um Canavial..... Cr$ 8.000
8 - Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular..Cr$ 8.000
9 - Deixai Vir a Mim os Pequeninos.....Cr$ 6.000
10 - Roças Comunitárias.....Cr$ 8.000
11 - Peões e Garimpeiros.....Cr$ 8.000
12 - Sexta Assembléia do Cons. Mundial de Igrejas..... Cr$10.000
13 - Alfabetização e Primeiras Contas.....Cr$ 8.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

FAÇA A SUA ASSINATURA

Revista Tempo e Presença
Assinatura anual:
Cr$ 25.000 ☐
Exterior:
América Latina: US$ 30
América do Norte: US$ 40
Europa, África e Ásia: US$ 45

Boletim Aconteceu
Assinatura anual:
Cr$ 10.000 ☐
Exterior:
América Latina: US$ 50
América do Norte: US$ 65
Europa, África e Ásia: US$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação** — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Benção de São Francisco a Frei Leonardo Boff

Dom Pedro Casaldáliga

Que diria meu compadre São Francisco
a seu filho Leonardo Boff
nesta hora de provação?

Irmão Leonardo,
teólogo da graça libertadora
pelo desígnio do Pai:
Mesmo não sendo muito conforme
com o evangelho da liberdade
dos filhos de Deus
esta maneira vaticana
de tratar os irmãos na fé,
tu, irmão Leonardo,
em memória e seguimento
de nosso senhor e libertador Jesus Cristo,
que se fez obediente
até a morte e morte de cruz,
obedece com humor de irmão menor do reino.
Sê, por uns dias, em fecunda sementeira,
teólogo do silêncio do verbo.
Partilha em profundidade o mistério dos pobres,
que não têm voz nem na sociedade nem na
igreja.

Foto: AGÊNCIA FOLHAS

Teu livro, tão temido,
agora revestiu-se de mais próximas razões.
Escuta, em silêncio maior,
o grito dos oprimidos que brota
deste continente da morte e da esperança.
E o canto novo que já rompe
das aldeias, dos campos e das cidades.
A mulher, quando deu à luz,
esquece as dores que sofreu no parto,
feliz por ter entregado
um novo filho ao povo.

A noite vai passando
e o dia se aproxima.
Apronta, nesta vigília, as vestes da nova luz.
O vento livre do Mar de Tiberíades
e as aves evangelizadoras
do monte das bem-aventuranças
invadirão, para alegria dos pobres,
todo o âmbito da igreja
de nosso salvador Jesus.

Paz e bem, irmão Leonardo.
Toda a irmandade te acompanha,
na oração da fé,
com as serestas impacientes da esperança
e na rebelde fidelidade dos adultos
responsáveis pelo Reino de Deus.

Profeta escolhido
de tantas palavras luminosas,
sê, por um pouco de tempo, profecia calada...
...e o teu coração experimentará
a perfeita alegria.
Para glória do Pai que nos criou livres,
na Páscoa do Filho que com seu sangue
nos libertou de todo cativeiro.
E na consolação do Espírito Santo que
é o selo vivo da nossa liberdade.
Amém, Aleluia.

Dom Pedro Casaldáliga é Bispo da Igreja Católica em São Félix do Araguaia, Mato Grosso.